

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

NATHÁLIA PEREIRA CABRAL

**PROCESSOS MIGRATÓRIOS E AS DISPUTAS NA ‘COLÔNIA MODELO’: A
COMPANHIA COLONIZADORA METROPOLITANA E A CONSTITUIÇÃO DO
NÚCLEO NOVA VENEZA**

CRICIÚMA

2017

NATHÁLIA PEREIRA CABRAL

**PROCESSOS MIGRATÓRIOS E AS DISPUTAS NA ‘COLÔNIA MODELO’: A
COMPANHIA COLONIZADORA METROPOLITANA E A CONSTITUIÇÃO DO
NÚCLEO NOVA VENEZA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de licenciada, no curso de História
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientadora: Prof. (ª) Ma. Michele Gonçalves
Cardoso

CRICIÚMA

2017

NATHÁLIA PEREIRA CABRAL

**PROCESSOS MIGRATÓRIOS E AS DISPUTAS NA ‘COLÔNIA MODELO’: A
COMPANHIA COLONIZADORA METROPOLITANA E A CONSTITUIÇÃO DO
NÚCLEO NOVA VENEZA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Sociedade, Cultura e Ambiente.

Criciúma, dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Michele Gonçalves Cardoso - Mestre - (UNESC) - Orientadora

Prof. João Henrique Zanelatto -Doutor - (UNESC)

Prof. Paulo Sérgio Osório - Mestre - (UNESC)

**Dedico este trabalho ao meu pai Antônio e a
minha mãe Márcia.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu pai e minha mãe, que mesmo com todas as discordâncias entre si, sempre me apoiaram e me amaram. Cada um do seu modo, cada um no seu tempo. Agradeço também ao meu irmão Micael e minha irmã Yasmin, que mesmo tão longe sempre se fizeram presentes.

Sou grata pelas inúmeras oportunidades e possibilidades que tive em minha vida, e com certeza, sem as políticas públicas e sem o PROUNI eu não estaria aqui, finalizando este trabalho e está jornada construída ao longo de quatro anos. Agradeço também ao CEDOC e sua equipe, local onde fui gratificada com muitas experiências e aprendizados ao longo de quase dois anos de estágio.

Jamais poderei deixar de mencionar as amigas e amigos que fiz pelos corredores do bloco M e no CAHEL, em especial a turma 141. A qual iniciou sua jornada junto comigo em 2014, e desde lá lutou, chorou e sorriu ao meu lado. Foi com vocês que aprendi o sentido da palavra amizade. Mesmo que isso pareça clichê é o que sinto, e o que sinto se tornou um dos sentimentos mais belos que já vivi, eu amo vocês.

Agradeço especialmente àqueles que me deram força e se tornaram minha família de coração: Tainá Agostinho, Arthur Videira, Égar Preis e Marcos Guerreiro. Ao casal Tainá e Égar, muito obrigada por me abrigarem neste período de escrita, sem o apoio de vocês esse caminho teria sido muito mais difícil, as madrugadas de café e de conversas foram essenciais. Ao Arthur, muito obrigada por ser um companheiro tão dedicado e compreensivo, eu não conseguiria ir tão longe sem seu apoio e incentivo.

Nessas últimas semanas também tive o amparo de pessoas muito especiais, que compartilharam comigo seus anseios, suas angústias e suas esperanças, me acalmando nos momentos de tensão devido ao TCC: Obrigada a minha amiga Isadora Espindola e colega de N.U.V.E.M e obrigada Isabela Tellis. As conversas com vocês nas madrugadas e nos momentos de distração, entre uma atividade ou outra, fizeram com que eu não me sentisse sozinha.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha orientadora Michele Gonçalves Cardoso. Pessoa que ao longo dos anos mostrou que não era apenas uma ótima profissional, mas um ser humano incrível e com um coração enorme. Serei eternamente grata por ter acreditado em mim, por ter me apoiado em momentos não tão fáceis e por me mostrar que a vida é feita não só de escolhas, mas também de abandonos. Entre os/as melhores historiadores/as, você será sempre a minha favorita. Muito obrigada.

**“Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
as histórias das caçadas continuarão glorificando o caçador.”**

Provérbio Africano

RESUMO

Ao final do século XIX, foi vivenciado o que é chamado por muitos de ‘A grande Imigração’. Esta, foi resultado de inúmeras políticas por parte do governo no fomento de legislações que contribuíssem e facilitassem a entrada de imigrantes europeus no Brasil, sendo estes, vistos pelo estado e por parte da sociedade, como a via introdutória do trabalho no país e a possibilidade de ‘progresso’. Um dos locais constituído a partir dessas políticas foi a Colônia Nova Veneza, a qual será o fio condutor dessa presente discussão. Foram várias as tensões que esses fluxos migratórios acarretaram, tanto em uma questão sociocultural, quanto econômica, onde muitas vezes se confundiam e se perpassavam as ações realizadas pelo estado e pelas empresas particulares. Deste modo, essa pesquisa teve como principal objetivo, a partir das fontes consultadas e do referencial teórico estudado, analisar as migrações da segunda metade do século XIX, mas também perceber e investigar as tensões ocasionadas em detrimento do beneficiamento de empresas particulares, como a Companhia Metropolitana. Além disso, foi intuito também, problematizar os discursos que são naturalizados em regiões constituídas a partir da cultura italiana – neste caso Nova Veneza –, em que a partir do mito dos pioneiros, dos discursos dos memorialistas e da perspectiva tradicional, se constrói uma ‘história dos vencedores’, silenciando diversos outros grupos e pessoas.

Palavras-chave: Nova Veneza. Colônia. Imigração. Companhia Metropolitana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vêneto: região do norte e nordeste da Itália..	19
Figura 2 - Propaganda de divulgação das colônias da Companhia Metropolitana.....	34
Figura 3 - Imigrantes regressam a São Paulo.	38
Figura 4 - Viúvas regressam a Itália.	40
Figura 5 - Alimentação fornecida às viúvas.	40
Figura 6 - Motim na Colônia..	41
Figura 7 - Medições e explorações realizadas por Gervasio Bortoluzzi.	47
Figura 8 - Bortoluzzi recebe lote na sede da colônia.....	47
Figura 9 - Praça Humberto Bortoluzzi, centro de Nova Veneza – SC.	51
Figura 10 - Cofre exposto no Museu do Imigrante, Nova Veneza – SC.....	51
Figura 11 - Cadeira exposta no Museu do Imigrante, Nova Veneza – SC.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Primeiros integrantes da Colônia Nova Veneza em 1891	25
Tabela 2 - Entrada da família Bortoluzzi nas colônias Azambuja e Criciúma.....	46
Tabela 3 - Filiais das empresas da família Bortoluzzi.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHEL	Centro Acadêmico de História Édson Luís
CEDOC	Centro de Memória e Documentação da UNESCO
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
NUVEM	Núcleo Universitário de Vídeo e Memória
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PRC	Partido Republicano Catarinense
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	15
2.1. O RISURGIMENTO ITALIANO E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS	17
2.2 ‘ELES NÃO TROUXERAM SOMENTE A VONTADE DE TRABALHAR, TROUXERAM UMA CIVILIZAÇÃO’: A CONSTITUIÇÃO DA COLÔNIA NOVA VENEZA EM 1891	21
3. AS EMPRESAS COLONIZADORAS E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM O PODER PÚBLICO: O CASO DA COMPANHIA METROPOLITANA.....	30
3.1 ‘A COLÔNIA MODELO: DO PROGRESSO A ESTAGNAÇÃO’	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	54
FONTES CONSULTADAS	58
ARQUIVOS E ACERVOS	58
ARTIGOS DE JORNAIS	58
ANEXOS	59

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versará sobre os processos migratórios vivenciados na segunda metade do século XIX inseridos em um contexto espacial de Brasil meridional. Porém, com enfoque específico para a constituição da Colônia Nova Veneza no sul catarinense, a partir das abordagens teóricas sobre migrações e colonização.

Para a realização dessa pesquisa é preciso abordar meu percurso acadêmico, que foi de suma importância para as discussões aqui realizadas, e, conseqüentemente para o olhar que desenvolvi ao longo dos meus quatro anos de curso a respeito da construção da narrativa histórica. Dessa forma, menciono meu contato inicial com a pesquisa, sendo o Projeto Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, no ano de 2015 o primeiro instrutor de meu olhar sobre os documentos como objetos de análise.

Em 2016 iniciei um novo ciclo, passei a compor o corpo de funcionários – como estagiária – do Centro de Memória e Documentação da UNESCO – CEDOC, onde desenvolvi uma série de atividades ligadas a salvaguarda, preservação, conservação e restauração de documentos em suporte papel e audiovisual.

Concomitantemente ao meu estágio no CEDOC, também no ano de 2016 iniciei um projeto de pesquisa fomentado pelo CNPQ, o qual tinha como título: “Análise da documentação do Fundo Bortoluzzi: da catalogação às relações trabalhistas”. A partir desse trabalho passei a voltar meu olhar não somente para as questões referentes ao arquivo e a documentação, que foram substanciais para o desenvolvimento de meu projeto, mas também para a história local e regional que estavam diretamente imbricados nas produções desses documentos, assim como, as questões referentes as migrações e a colonização.

Em vista disso, este trabalho não tem como intuito apenas a conclusão de meu percurso na academia, mas também a continuidade de minhas pesquisas iniciadas em 2016, buscando uma nova perspectiva referente a história local da colônia Nova Veneza e da cidade de Nova Veneza.

A metodologia utilizada se deu através da análise documental realizadas nos arquivos do Centro de Memória e Documentação da UNESCO – CEDOC¹ e no acervo da Carbonífera Metropolitana², e também por meio de análise de reportagens em jornais do estado de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, disponíveis na Hemeroteca Nacional.

¹Laboratório vinculado ao curso de História, localizado na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

²Localizada no centro da cidade de Criciúma – SC.

No primeiro espaço, tivemos contato com o “Fundo Bortoluzzi”, que contém uma vasta documentação acerca das atividades desenvolvidas pela família Bortoluzzi no ramo comercial e empresarial, ao longo de mais de cinco décadas. Na Carbonífera Metropolitana analisamos “Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I”, que tem uma série de atribuições a cargo da Companhia Metropolitana feitas por Miguel Napoli, diretor da colônia.

Porém, nessa intensa e cansativa atividade que foi o contato com as fontes para a construção desse TCC, onde é recorrente a montagem e desmontagem dessas ‘peças’, precisamos nos atentar para o perigo do “Feitiço dos arquivos”³, pois o constante diálogo com as fontes nos põe em risco com a fantasiosa ideia de pensarmos que estamos em contato com o real e o verdadeiro. Alertte Farge diz que,

O Arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistado o privilégio de “tocar o real”. (FARGE, 2009, p. 18)

Embora, evitando cair no feitiço dos arquivos, procuramos perscrutar nossa pesquisa em relação a vasta documentação que tínhamos a disposição, percebendo as possibilidades e desdobramentos a partir das fontes.

Para a conceitualização, nos ancoramos na discussão de Alertte Farge, que traz sua análise voltada para o campo do arquivo e da documentação e do trabalho do historiador/a nesses espaços. Lugares que influem em uma intensa construção e reconstrução, sendo preciso a atenção e cuidado com a fonte, que além de requerer artesanaria, também se faz necessário o cuidado para com as possíveis ‘verdades’ instituídas nos documentos.

Em relação as migrações, o principal autor utilizado foi Luis Fernando Beneduzi. Em suas pesquisas, Beneduzi se dedica especialmente aos processos migratórios vivenciados pelos imigrantes oriundos das regiões do Vêneto na Itália, em um contexto das grandes migrações para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX.⁴

Para dialogar com este trabalho, utilizei também o autor Zulmar Hélio Bortolotto, em especial sua obra “História de Nova Veneza” (1991). Que apresenta a história da colônia, e consecutivamente da cidade de Nova Veneza vista como uma trajetória gloriosa, em que

³GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: O Historiador e o Encanto dos Arquivos Privados. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 21, p.01-07, 1998.

⁴Outro autor que podemos referir, pois também se dedica as pesquisas migratórias voltadas para a população do Vêneto no século XIX, é Renzo Grosselli. Porém, optei por utilizar Luis Fernando Beneduzi.

mesmo em meio as adversidades vividas, o local constituiu-se em um espaço erguido pela boa vontade, dedicação e trabalho dos imigrantes e seus descendentes.

Nesta obra é importante observarmos não só o ano de sua primeira edição, que propositalmente é lançada no centenário de imigração da cidade, mas também perceber que o livro foi financiado pela prefeitura de Nova Veneza. Demonstrando desta forma, que não eram somente os desejos do historiador que estavam postos, mas também o interesse do setor público em construir uma ‘história dos vencedores’ a partir de uma obra chancelada pelo estado.

Outros importantes autores utilizados tanto para o respaldo histórico, quanto para os enfrentamentos relativos a seus próprios discursos, foram os padres e memorialistas Quinto Davide Baldessar e João Leonir Dall’Alba. Este primeiro, em seu livro “Imigrantes: sua história, costumes e tradições no processo de colonização no Sul do Estado de Santa Catarina” (1991) postulou uma série de argumentos para defender a imagem de sua família e de seu ascendente Natale Coral, o qual além de agrimensor na colônia Nova Veneza, foi também bugreiro a serviço da Companhia Metropolitana.

Dall’Alba em sua obra “Imigração Italiana em Santa Catarina” (1983), faz uma série de asserções relativas ao processo colonizador no Estado, a intenção do autor, como mencionado no próprio livro, é ‘resgatar’ do esquecimento a colonização italiana, que em detrimento de outras, como a açoriana e alemã foi apaga. Nesta produção, assim como nas duas anteriormente mencionadas, é evidenciada a luta de um povo que foi ‘abandonado a própria sorte’ nas colônias do sul do país, positivando um discurso que constantemente é utilizado por boa parte – não todos – dos descendentes.

Embasada pelos conceitos aqui determinados e pelo extenso diálogo com as fontes e com os/as autores/as mencionados, construímos nossa narrativa histórica acerca da colônia e suas dissonâncias.

A constituição da colônia Nova Veneza se delineou perante uma série de questões e conflitos em detrimento dos processos migratórios vivenciados no final do século XIX, que se fundamentavam a partir das políticas migratórias e de branqueamento do Brasil. Além disso, a Itália passava por um período conflituoso devido a ascensão do modo de produção capitalista e da unificação de seus estados. Perante as asserções mencionadas e aos conflitos a serem trabalhados, influímos que não é possível haver um modelo de imigrante, pois haviam desejos distintos entre esses indivíduos que migravam.

A priori, nosso objetivo no primeiro capítulo, partiu do anseio de compreender essas políticas migratórias e de eugenia, como também problematizá-las; entender os conflitos

ocorridos na Itália do século XIX – não em uma relação de causa e efeito – que influenciaram os fluxos migratórios para a América, e pôr fim a constituição da colônia Nova Veneza.

Em sequência – no segundo capítulo –, atentamos nosso olhar a partir de pontos centrais como: a Companhia Metropolitana que foi responsável pela constituição da colônia e traslado de seus imigrantes que compõe esse enredo; a figura de Miguel Napoli que foi o diretor da colônia e responsável tanto pela organização da mesma, quanto pelo controle dos colonos que vivenciavam uma profunda relação de dependência a partir de suas dívidas, e finalmente, afunilamos as análises para a família Bortoluzzi e suas atividades comerciais. Em que, a partir destes grupos e da documentação anteriormente referida, estreitamos nosso olhar para as redes estabelecidas por eles, através de seus trabalhos e operações nos anos iniciais da colônia e posteriormente, as redes tecidas no setor econômico, social, político e cultural da cidade de Nova Veneza.

2. AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Para estabelecermos o debate acerca da constituição da Colônia Nova Veneza em 1891, a qual nos atentaremos como condutor da discussão neste trabalho, é preciso em primeira instância pôr em categoria de análise as questões referentes aos processos migratórios vivenciados na segunda metade do século XIX, com enfoque para os imigrantes italianos/as, e, paralelamente a isso, as políticas instituídas pelo governo brasileiro com intenção de arregimentar trabalhadores livres e brancos, que possibilitassem assim, o ‘progresso e a civilidade’ ao país.

Diante disso, devemos nos atentar também ao conceito de colonização. Pois esses fluxos, não regiam somente transformações socioculturais de sociabilidade e de costumes, mas também influíam no processo de colonizar, ou seja, ter o domínio sobre a terra, que em vista das transformações do período passou a ser vista como produto advindo da exploração da natureza – e não apenas denotada de status social⁵ –, algo que gera lucro, que possibilita o capital e seu excedente. Alfredo Bosi diz que,

O traço grosso da dominação é inerente as diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, e verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscara passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, fazia jus. (...) a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório. (1992, p. 11)

O século XIX traz em seu arcabouço, mudanças estruturais geradas em grande parte pelas transformações do sistema capitalista mundial, que transmutam as relações cotidianas e/ou da vida privada, sendo o deslocamento de pessoas, uma de suas características mais evidentes. Além disso, em um contexto nacional, o Brasil transcorria um período de carências legislativas em relação a questão da terra, passando a reavaliar suas demandas jurídicas.

Com efeito, é criada a Lei 601 de 1850 – a Lei de Terras de 1850. Concomitantemente, o Brasil vivenciava outro fato político e social, o fim do tráfico negreiro, o qual não se deu somente pela conscientização populacional em relação as mazelas da

⁵CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra.** [s.d.], pg. 01.

escravidão vendo-a como um sistema desumano – levando em conta que era uma pequena parcela da sociedade que via o sistema dessa maneira –, mas sim, por ser em grande parte, considerado um ‘modelo econômico’ atrasado e arcaico frente a outros países desenvolvidos, como os da Europa.

Ou seja, a proibição do tráfico negreiro torna os escravos vistos como meras mercadorias arcaicas, e, não como imigrantes potenciais e civilizados frente à colonização. Deste modo, durante os incursos da primeira metade do século XIX e sua intensificação na segunda metade, o governo imperial iniciou sua política de branqueamento e sua busca pelos padrões de eugenia, sendo nesta perspectiva, priorizada a vinda de famílias oriundas da Alemanha e, respectivamente da Itália – a partir de 1875 superaram a imigração alemã –, que perante os discursos eram tidos com portadores de cultura, moral e de uma mão de obra eficiente.

Por certo, os agenciamentos e a busca de imigrantes europeus, juntamente com a abolição do tráfico negreiro, estavam intimamente adstritos nas transformações e na organização dos modos de trabalho. Segundo Beneduzi,

pode-se perceber que o período de maior fluxo emigratório para o sul do Brasil, 1876 – 1901, coincide com o momento de maior discussão interna sobre a superioridade europeia e de quão importante era para o país o processo de europeização de sua população. (2004, p. 17)

Na perspectiva da produção capitalista, o fim do tráfico abriria portas para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, buscando-se assim, meios de adequação do país ao sistema vigente. Porém, era preciso maneiras de superar as barreiras econômicas das imigrações, ou seja, encontrar meios de financiar a vinda da mão de obra daqueles que fossem povoar as terras devolutas, ou dos que fossem assumir as lavouras cafeeiras.

Perante está preocupação, mas uma vez percebe-se a ação da Lei de Terras, já que antes de sua execução, os lotes eram concedidos gratuitamente, e, posteriormente a sua instauração, o governo passou a ceder as terras a administração das companhias colonizadores que comercializavam os lotes.

As políticas de imigração por parte do governo brasileiro suscitaram em estratégias que perduraram do Império até a Primeira República (1889 – 1930), sendo esta última, diretamente relacionada com as questões étnico raciais. Segundo Vainer (1995), “da Proclamação da Independência aos movimentos que sucederam a República, as políticas

migratórias representaram uma clara opção pelo emprego de gente *branca, livre e industriosa*.”(VAINER apud PAGNOTTA, ASSIS, 2017, p. 83).

Mesmo perante toda dificuldade em decorrência do processo de deslocamento, do modelo de produção capitalista que ceifou a os direitos de muitos italianos sobre a terra na Itália e das condições precárias de vida instauradas nas colônias, esses imigrantes receberam o que jamais nenhum indígena, escravos e pessoas libertas do regime de escravidão receberam devido a política de branqueamento e eugenia, do desejo pelo progresso, exploração e ‘civilização’ da sociedade: o direito à terra, ou ao parcelamento dela, mesmo com juros altos e abusos por parte do governo e/ou dos diretores das companhias privadas.⁶

2.1. O RISURGIMENTO ITALIANO E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Durante o final do século XIX, diversos/as imigrantes aportaram em terras brasileiras – porto do Rio de Janeiro⁷ –, sendo possível observar diferentes características socioculturais, nacionalidades e distintos objetivos que buscavam em um novo espaço geográfico. Entre esses milhares de indivíduos, integrava-se os/as imigrantes italianos/as, também participativos do que podemos chamar como a primeira imigração em massa, buscando o sonho de *Fazer a América*⁸.

Como citado anteriormente, um dos pontos determinantes para o acontecimento do fluxo migratório foi a introdução e as transformações do modo de produção capitalista, ocasionado em decorrência da expansão da Segunda Revolução Industrial. De maneira universal, este fato foi introjetado em diversos locais, países e continentes – principalmente na Europa –, tendo a Itália, em especial os agricultores, não escapado deste processo.

Segundo Baldin ‘(...) o processo de industrialização acabou por gerar desequilíbrios econômicos que possibilitaram a integração de uma minoria detentora de capital e deixaram uma grande maioria desprovida de bens, à margem do processo ‘ (1999, p.16).

⁶ Em seu livro *Imigrantes: sua história, costumes e tradições* no processo de colonização do sul de Santa Catarina, Quinto Davide Baldessar infere que houve uma auto-marginalização por parte dos agentes sociais libertos de um regime de escravidão, devido o mal relacionamento com os seus ‘ex-senhores’. Assim essas pessoas preferiram se isolar, ao invés de serem empregadas pelos mesmos que os escravizaram. Porém, esses indivíduos viveram um violento processo de exclusão da sociedade, deste modo, não tiveram os mesmos direitos que milhares de imigrantes italianos obtiveram: o direito à terra.

⁷ NACIONAL, Arquivo. **Entrada de estrangeiros no Brasil**: as relações de passageiros desembarcados no Porto do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bases.an.gov.br/rvbndes/Menu_Externo/>. Acesso em: 20 agosto de 2017.

⁸NACIONAL, Arquivo. **Entrada de estrangeiros no Brasil**: as relações de passageiros desembarcados no Porto do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bases.an.gov.br/rvbndes/Menu_Externo/>. Acesso em: 20 agosto de 2017.

Os problemas e tensões eram recorrentes, tendo em vista que devido a sucessão da emancipação e unificação nacional da Itália, haviam intensas disputas e conflitos com o império Austro-Húngaro nas fronteiras. Silva diz que,

Luiz de Boni faz uma abordagem em sua obra sobre a situação na qual se encontrava a Itália até 1870. O autor mostra que o país era dividido em reinos, ducados e repúblicas, e dividido em três grandes regiões: o Norte, sob domínio do Império Austro-Húngaro; o Oeste, ligado à casa de Sabóia e à França; o Sul, dividido entre a influência do Vaticano e diversas microrregiões autônomas. Segundo Luiz de Boni, o início da unificação foi em 1848, com a revolta de Piemonte contra os austríacos, seguida de diversos movimentos, culminando em 1870 com a conquista de Roma. (...) Como antes da unificação, na região Norte manteve-se a estratificação social com muitos ricos e muitos pobres. (2010, pg. 10)

As condições de vida da população, em sua maioria, eram extremamente precárias, além disso, com o processo de unificação – Risurgimento – o governo italiano passou a destinar seus investimentos a industrialização, prejudicando os camponeses do país, principalmente aqueles situados no norte e nordeste.

Nestas regiões além da falta de incentivo governamental e do impacto do processo de industrialização, as condições climáticas e geográficas não eram benéficas, acarretando em perda de lavouras e conseqüentemente, a falta de capital para custear os altos impostos, além do pequeno tamanho da propriedade que não permitia nem mesmo suprir as necessidades familiares para a subsistência.

Mesmo sendo considerados pelo poder legal como integrantes da nação, os camponeses das regiões do Vêneto ficaram expostos ao abandono, sendo explorados pelo governo, o qual subvencionava apenas as camadas mais abastadas do país.

Devido a extensa distância, o processo de unificação nesta localidade não se deu da mesma maneira em que outras áreas do Estado Unitário, tendo estes camponeses subsistido de várias maneiras, pelos costumes, tradições, catolicismo e até mesmo resistindo através do processo de emigrar, idealizando construir o seu ‘próprio Vêneto’, na busca da reprodução de seu modo de vida e da ‘conquista’ de suas próprias terras em outro lugar.



Figura 1 - Vêneto: região do norte e nordeste da Itália. A região atualmente é formada por 581 municípios, distribuídos por sete províncias: Belluno, Pádua, Rovigo, Treviso, Veneza, Verona, Vicenza. Disponível em :<<http://veneti.blogspot.com.br/2006/07/o-vneto.html>> Acesso: 20 de setembro de 2017.

A imigração, para os agentes sociais oriundos das regiões do Vêneto, passou a ser concebida como uma possibilidade para aqueles que tinham poucas oportunidades em seu país. Em conformidade com isso, como já discutido, o Brasil vivia um período de estímulo a imigração europeia, sendo estes possíveis imigrantes e colonizadores a via introdutória do trabalho livre através de pessoas ‘laboriosas’.

É importante ressaltar, que embora o processo de emigrar introduzisse diversas modificações na vida dessas pessoas, a transição por espaços não era algo novo, não pelo menos em território nacional, haja vista, que essas pessoas tinham o hábito de migrar para outras localidades em busca de trabalhos temporários para complementar a renda familiar.

Deve-se perceber, que, mesmo em meio aos conflitos vigentes no país e a pobreza que assolava partes desses potenciais imigrantes, ainda assim emigrar era uma escolha, e não uma obrigação como se deu para muitos indivíduos, a exemplo no período de escravidão no

Brasil. Segundo a autora Maíra Ines Vendrame (2011. p. 78): “A expressão “lá éramos servos, aqui somos senhores”, traduz sua opinião e, provavelmente, a ideia que motivou muitos indivíduos a abandonarem suas aldeias para melhorar sua condição de vida, tornando-se proprietários. ”

Salienta-se ainda, que a participação familiar era substancialmente importante, pois através da força de trabalho de todos/as originava-se a produção de subsistência, sendo estas, estratégias de sobrevivências organizadas pelas famílias e comunidades. Beneduzi diz, também que,

O emigrante que parte experimenta a dor do exílio, pois sua partida, mesmo movida pelo sonho, tem o sentido da necessidade, do dever de procurar um lugar onde consiga satisfazer suas necessidades. Enquanto figura do exilado, algumas vezes por questões políticas, mas na grande maioria por problemas sócio-econômicos, o emigrante parte em busca de uma possibilidade de ascensão, a qual não enxergava no seu velho paese. Nesse ato de partir, um misto de sensações o envolve, pois em um mesmo momento experimenta a dor antecipada do não-retorno e a esperança de uma nova vida, construída enquanto representação dessa terra prometida que deve estar pala além do oceano (2004, p. 285).

O imigrante irá se deparar com uma nova realidade, assim, sendo necessário a conformidade com o novo local, mas ao mesmo tempo, implicará aspectos de resistência, reordenando o espaço a partir de símbolos, crenças, costumes, dialetos, etc. Para Beneduzi, vão se “construindo lapsos de um presente-passado e sublimando os efeitos dessa nostalgia pátria” (2004, p. 295).

Em síntese, é preciso salientar que o processo migratório até aqui discutido, faz parte de um movimento coletivo, e ao mesmo tempo particular. Coletivo, pois são múltiplos os agentes envolvidos nesse movimento, e, particular pois, as necessidades que movem os desejos de partida nem sempre são os mesmos.

Embora a imigração italiana do final do século XIX tenha como consequência um grande número de pessoas, grandes também são os desejos particulares. Diversos, não eram tão somente o número de pessoas que juntas partiam, mas também os motivos desta grande migração, envolvidos/as em um processo plural.

2.2 ‘ELES NÃO TROUXERAM SOMENTE A VONTADE DE TRABALHAR, TROUXERAM UMA CIVILIZAÇÃO’⁹: A CONSTITUIÇÃO DA COLÔNIA NOVA VENEZA EM 1891

A discussão aqui tratada emerge a partir de duas conjunções, em primeira instância: analisar a constituição da Colônia Nova Veneza em 1891, e, paralelamente a isso, buscar a possibilidade de múltiplas narrativas, tanto em relação aos agentes sociais – imigrantes italianos/as –, que em grande maioria são abordados a partir de uma historiografia tradicional, quanto ampliar o campo de discussão acerca dos estudos migratórios no Brasil.

A imigração ocorrida nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, mesmo com caráter diferente de outras localidades não é e, não pode ser interpretada com menor importância, pois também gerou impactos e transformações, mesmo com suas especificidades.

A colônia Nova Veneza que foi instaurada em 1891 no início da primeira república (1889-1930), aparece pela primeira vez no mapa em 1881 como terras destinadas a expansão da colônia Azambuja, está por sua vez, foi fundada em 1877 – ainda no Império. Selau diz que,

Parte delas também foi incorporada temporariamente ao patrimônio dotal, e dez anos mais tarde são concedidas à empresa Ângelo Fiorita e Cia. por contrato de 22 de outubro de 1890 para a formação de um burgo agrícola de acordo com o previsto na lei Glicério. A colônia recebeu imigrantes entre 1891 e 1897 e sua área de abrangência correspondia aos atuais municípios de Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e parte do município de Criciúma. (2006, p. 95).

A Lei Glicério mencionada surge a partir do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, redigida pelo Ministro da República e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Francisco Glicério. A partir do decreto, a empresa Ângelo Fiorita e Cia. em 22 de outubro de 1890 fez um acordo com o governo brasileiro, em que se responsabilizaria pela entrada de um milhão de imigrantes que seriam distribuídos em vários estados, dentre estes estava Santa Catarina. Em dezembro de 1890, o siciliano Miguel Napoli, empregado da Companhia Ângelo Fiorita e Cia. realiza a compra de um terreno de 30 mil

⁹ Em seu livro, Baldessar infere que o progresso do país – em especial no sul de Santa Catarina – aconteceu em detrimento da grande imigração italiana para o Brasil. O que é uma incoerência, tendo em vista que o país já possuía milhões de trabalhadores e trabalhadoras, e além disso, o conceito de “civilização” abordado por ele, nos deixa a entender que emerge de uma concepção ocidental, vendo apenas os europeus como civilizados e aptos para um trabalho qualificado. BALDESSAR, Quinto Davide. **Imigrantes: sua história, costumes e tradições no processo de colonização no sul do estado de Santa Catarina**. Brasília, 1991.

hectares que seria destinado a constituição da então Colônia Nova Veneza. Segundo Baldessar,

Os imigrantes de Nova Veneza vieram mais bem equipados e de bolso mais recheados do que os de Urussanga. (...) A Lei Glicério, também os favoreceu e com isso o dinheiro lhes sobrou. (...) Pe. Marzano em seu livro, comenta a perdulância dos Imigrantes de Nova Veneza: “Os novos colonos estavam em contínua alegria e comiam fundo na poupança trazida”. (1991, p. 254).

Este projeto colonizador tinha como intuito a ocupação dos chamados “vazios demográficos” da região sul do Brasil, deixando, deste modo, por parte das empresas a responsabilidade de povoar e introduzir imigrantes na região. Porém, chamar esses espaços de vazios é um contrassenso, aja em vista que este território já era ocupado e possuía pessoas se apropriando dele muito antes do processo de colonização. Segundo Carla Zanette Bif,

(...) Logo os chamados “vazios demográficos” passam a ser sondados e estudados para que neles sejam implantados os núcleos coloniais que receberiam os imigrantes europeus voltados para a pequena propriedade. O sul de Santa Catarina foi incluído dentro destas áreas e ainda na primeira metade do século XIX, foi alvo de sondagens por parte do governo imperial que a partir de 1867, por meio da constituição de uma comissão de engenheiros chefiada por Manoel da Cunha Sampaio dava início a exploração destes terrenos para que neles se pudessem estabelecer imigrantes europeus. No entanto, o “vazio demográfico” era uma ficção, pois no Sul Catarinense, nas áreas de mata atlântica e mata de araucária vivia o grupo indígena Xokleng (...) (2009, p. 13).

Era eminentemente visível que o governo sabia que aquelas terras eram ocupadas, mas o conhecimento sobre a presença dos Xokleng não inferiu em nenhuma preocupação da parte das autoridades para com a vida e para os direitos daqueles que ali residiam, ou se apropriavam de diversos espaços, já que esses eram nômades e circulavam constantemente pelo vasto território.

Com a implantação das colônias nas áreas de floresta da região sul, o combate aos indígenas se transformou frequente, e, “dentro de 15 anos uma grande área de florestas fora derrubada para dar lugar às colônias de Azambuja, Grão-Pará¹⁰ e Nova Veneza” (Selau, 2009, p. 14).

A fundação desses núcleos coloniais gerou uma grande transfiguração na paisagem destes locais, porém, este processo colonizador não ocasionou ‘somente’ na exploração e consequentemente na destruição de boa parte da natureza, mas também, levou a um dos

¹⁰ Em minha discussão não pretendo esmiuçar as relações estabelecidas nessas outras colônias, assim como também a constituição das mesmas, pois não é objetivo deste trabalho.

maiores massacres, se não o maior, de nossa região: a desapropriação e posteriormente, o extermínio do povo Xokleng.

Os Xokleng, perante a desapropriação de seu território, não assistiram essa dominação sem resistência. De suas formas, ‘atacam’ os núcleos, pois como já não tinham um grande espaço que permitisse a caça e a coleta, buscavam a alimentação e a sobrevivência em outros locais e de outras maneiras, ou seja, nas propriedades dos colonos e em suas plantações.

É importante ressaltar que dentro desta relação, os indígenas não tinham a noção de propriedade privada, como tinham os/as imigrantes italianos/as, além de que, a relação estabelecida pelos Xoklengs com o território e as formas de subsistência, até a chegada dos imigrantes não era problemática.

Os ‘ataques’ feitos pelos índios foram interpretados pelos imigrantes como um sinal de confronto, e, desde então as ações violentas contra os indígenas se tornaram constante. Estes grupos passaram a ser determinados pelos italianos como “bugres”¹¹, denotando uma imagem de inferioridade para com os Xokleng.

A partir desses ataques e confrontos surgiu a figura dos “bugreiros”. Estes, eram homens que normalmente detinham um conhecimento muito extenso sobre a região e suas localidades, o que tornava mais fácil a ‘caça’ aos bugres, pois os encontravam com mais facilidade. Essas pessoas eram responsáveis por massacres, mas mesmo assim “o bugreiro tornou-se um herói das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, por garantir não só a posse da propriedade aos colonos, mas também a segurança nas áreas coloniais (...)” (SELAU, 2009, p. 15).

Nova Veneza não escapou deste processo de extermínio, sendo inclusive a localidade conhecida regionalmente pelo caso dos “pares de orelhas”, porém em relação a este episódio nos debruçaremos mais à frente, ao refletir sobre a figura do diretor Miguel Napoli e do agrimensor Natale Coral. Neste primeiro momento, seguiremos discutindo a definitiva criação do núcleo colonial Nova Veneza.

Como discutido anteriormente, a Itália passava por uma crise social e o Brasil fazia um grande investimento na busca por trabalhadores brancos e civilizados arregimentados na

¹¹ Segundo Selau (2009, p. 15). O termo “bugre”, já utilizado no Brasil para designar os indígenas, foi apropriado pelos imigrantes para denominar os Xokleng, remetendo a ideia de um ser inferior e bárbaro, saqueador de propriedades e matador de colonos. O “bugre” é considerado incapaz de conviver com a civilização, seja como integrante ou como grupo vivendo em regiões fronteiriças à mesma, o que vai justificar para os imigrantes, uma ação violenta contra os Xokleng.

Europa. Deste modo, com o processo da Grande Imigração, e, com o sonho por parte desses imigrantes de ‘Fazer a América’, começam a chegar ao Brasil uma abundante leva de pessoas, e em Santa Catarina não foi diferente. Gava aborda que,

(...) os portos de Desterro, Itajaí e Laguna começaram a receber os italianos trazidos pela Companhia Metropolitana, pela Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil e pela Empresa de Terras Grão-Pará. Os italianos desembarcados no porto de Laguna passaram a ocupar as colônias do Sul da província, não só de Azambuja como também a de Grão-Pará e Nova Veneza. (...) (2012, p. 13)

A Companhia Metropolitana era uma grande empresa dirigida por Carlos de Miranda Jordão, iremos nos centralizar em sua atuação na constituição da Colônia Nova Veneza, mas ela também atuava em muitos outros locais, sendo sua sede do Brasil, situada na cidade de Rio de Janeiro. Portanto, Miguel Napoli era diretor do Núcleo Nova Veneza e responsável pela instituição de outras futuras colônias, não diretor da Companhia como é afirmado em algumas produções locais.

Além disso, a Companhia Colonizadora Metropolitana atuava também a nível internacional, sendo inclusive mencionado no site sobre a família Selva como uma empresa francesa. O site referido tem como personagem ‘principal’ Federico Selva, este por sua vez, foi o desenhista da Colônia (FILHO, Álvaro, [s.d.]). No site são inferidas uma série de questões a respeito da colônia:

Federico foi o primeiro da família que veio. Sua vinda se deu com a “Companhia Metropolitana”, uma construtora francesa, que estando antes no Uruguai, veio para o Brasil contratada para fundar uma colônia italiana no sul do País. (...) Esta empresa foi contratada para um trabalho em Trípoli e depois veio para o Uruguai para construção do Palácio da Justiça. Depois foram contratados pelo governo brasileiro para abrirem as primeiras colônias italianas no sul do estado de Santa Catarina, hoje Nova Veneza. (...) Junto com estes imigrantes vieram mais 2.892 colonos italianos, alguns no Navio “Andrea Doria” de bandeira italiana e outros no Navio “Bretagne” da Sociedade General de Transporte Maritmes de Marselha. (FILHO, Álvaro, [s.d.])

No site, o responsável também faz questão de frisar que seu bisavô Federico Selva, não veio em situação de paridade relativa aos outros agentes desse processo, segundo ele, Selva veio como funcionário da Companhia, e, não como mero imigrante, assim como também é frisado pelo historiador Zulmar Hélio Bortolotto. ‘Estes quatro primeiros relacionados vieram para Nova Veneza na condição de empregados da Cia Metropolitana. É com Arcaro Sebastiano que inicia a relação de imigrantes na Colônia Nova Veneza’ (FILHO, Álvaro, [s.d.]).

Ou seja, para seu bisneto, seu avô e os demais funcionários Michele Napoli, Gervasio de Luigi Bortoluzzi e Natale Coral – tabela a seguir – exerciam um poder em relação àqueles que vieram colonizar. Para o autor do site, como para Bortolotto (1991) é a partir de Sebastiano Fu Caetano Arcaro que inicia a colonização.

Assim, neste momento já percebemos um desvio de curva relativo a imigração na colônia, sendo estes personagens não homogêneos e com expectativas e objetivos distintos. Alguns almejando a conquista de novas terras para a subsistência, outros, exercendo suas atividades como profissionais liberais, o que geralmente denotava status social e poder.

Sobrenome	Nome	Nacionalidade	Profissão
1. NAPOLI	Michele	Itália	Diretor
2. SELVA	Frederico	Itália	Desenhista
3. BORTOLUZZI	Gervasiodi Luigi	Itália	Agente
4. CORAL	Natale	Itália	Agrimensor
5. ARCARO	Sebastiano fu Caetano Madalena Maria Domenico Gaetano	Itália	Agricultor

Tabela 1 - Primeiros integrantes da Colônia Nova Veneza em 1891. Fonte: retirada do site, mas também está disponível no livro de Zulmar Bortolotto: 'História de Nova Veneza, 1991, p. 271. Disponivelem :<<http://www.familiaselva.com.br/index.php?modulo=imigrantes>> Acesso: 06 de junho de 2017.

A então colônia Nova Veneza, passou a existir em janeiro de 1891 com as atividades realizadas pelos funcionários: como organização da colônia, medição e divisão dos lotes, etc. Ela é tida como a “primeira Colônia Republicana do Brasil” (BORTOLOTTTO, 1991), sendo sua criação dois anos posterior a instauração da república em 1889.

Em 1891 inicia-se a entrada de imigrantes, está primeira grande movimentação contou com cerca de 400 famílias, e posteriormente a isso “em outubro, chegaram mais 500 famílias de italianos, oriundos das regiões de Veneza e de Bergamo, e fundaram a Colônia Nova Veneza.” (GAVA apud GAVA, 2012, p.13). Mas, segundo Cesconetto o contingente de imigrantes não ocorreu apenas durante os meses de junho e outubro, pois em dezembro, na véspera de Natal, também chegam imigrantes na colônia, mais precisamente no Núcleo Nova Treviso (CESCONETTO, 2005).

Em relação a formação de colônias no período em que estamos delineando está pesquisa, é possível perceber dois tipos distintos de colonização: as iniciativas públicas e as iniciativas privadas, onde tanto uma quanto a outra tinham como intuito a ocupação do território e a produção de atividades que desenvolvessem o potencial econômico da região. Como já referido anteriormente, a Colônia Nova Veneza era particular.

É recorrente que as iniciativas de cunho privado sejam definidas pelo discurso dos imigrantes e pela própria historiografia como lugares mais organizados em contrapartida as colônias do Estado, pois muitos afirmam que os imigrantes ficavam abandonados sem nenhum aporte e ajuda por parte do setor público. Porém, é preciso cuidado para não legitimar esse discurso, pois, tanto uma quanto a outra, apresentavam suas problemáticas de acordo com seu modelo de organização.

Quando o imigrante partia rumo as colônias privadas, as dívidas que seriam empreendidas possivelmente apresentariam um valor muito mais alto se comparado com os gastos em colônias públicas, em que, a possibilidade para saldar as dívidas também tinha um prazo muito maior. Segundo o cônsul do reino da Itália em Florianópolis Cav. Alberto Roti:

A preferência a dar-se às colônias governativas ou às propriedades particulares do ponto de vista pessoal, deve provir das aptidões pessoais do imigrante, de sua natureza, de suas condições especiais. Se possuir as forças necessárias para lutar com maiores dificuldades, sem recorrer a uma assistência que um dia deverá pagar, dirija-se as colônias do Governo, onde sentir-se-á mais abandonado. Em compensação terá a vantagem de encontrar uma dívida menor, não sujeita a juros, e larga tolerância quanto à época de execução. De outra maneira escolha as colônias particulares, onde encontrará uma dívida maior, sujeita a juros, e estará exposto a eventualidades inerentes às empresas comerciais, que a lei não prevê e não pode impedir, mas onde encontrar-se-á mais guiado e mais bem sustentado e assistido. (ROTI apud SELAU, 2006, p. 98)

As colônias privadas diferenciavam-se também porque era comum os diretores morarem na sede da mesma, podendo assim, ter um controle mais rígido sobre as finanças e administração. Segundo Baldessar “em Nova Veneza, a moradia mais bem localizada, era sem dúvida, a de Miguel Napoli, que todos sabemos, hoje é o Hospital São Marcos (...)” (1991, p. 227).

Ainda sobre Napoli, o autor apresenta uma série de contradições relativas a figura do diretor da colônia, ora ele ovaciona sua imagem, já em outros momentos ele o desqualifica. Segundo Baldessar, ele era uma pessoa muito estratégica, onde desde sua chegada no Brasil soube adaptar-se muito bem, modificando seu nome de Michele Napoli e “aportuguesando” para Miguel Napoli, nome pelo qual praticamente todos/as o conheciam.

Em relação ao episódio dos massacres dos Xokleng, que ocasionou na história dos pares de orelha – mencionada anteriormente – Baldessar diz,

Miguel Napoli sentia que os índios estavam sendo encurralados para dentro de sua área e ameaçando o plano de colonização da Companhia Metropolitana. (...) Napoli sabia que Natal Coral, o agrimensor da Companhia, conhecia as assim chamadas “linhas” ou picadas de demarcação, desde Urussanga, Rio Caeté, Rio Deserto (onde morou certo tempo), Montagnon, Beluno, São Martinho Nova Veneza, Jordão, Nova Treviso, Palermo Costão da Serra, etc. (1991, p. 210)

Este episódio seguiu com a entrega dos pares de orelha a Napoli na praça da colônia. Os bugreiros entregaram a ele mangas cheias de orelhas, sendo ao todo 31 pares, ou seja, 31 Xokleng mortos. A partir desse acontecimento, o autor tece uma série de críticas ao diretor da colônia, afirmando inclusive que os serviços dele eram sempre da pior espécie, e, que não havia pago a quantia prometida aos bugreiros pelos seus serviços prestados.

É importante ressaltar, que Baldessar era descendente de Coral, o bugreiro mais conhecido da região. O autor do livro postula uma série de questões para justificar as ações de seu parente: “Não que ele fosse um caçador, um ‘bugreiro’ como se tem dito. Era porque na função de agrimensor, trabalhando para a Companhia Colonizadora media todas as terras, fazia, com sua turma e percorria todas as picadas.”(1991, p. 227). Contudo, ele se contradiz em relação a figura de Napoli, onde em algumas passagens o coloca como uma pessoa fria e calculista, já em outros momentos o põe como um ‘herói’ para a colônia.

Apesar de Miguel Napoli ser uma figura importante dentro da organização da colônia e perante os/as imigrantes, existiam outros agentes nesta relação, e que, a eles eram atribuídas funções determinantes para vários processos, entre esses o processo de imigrar. Estes que me refiro eram os agentes recrutadores. Pessoas que propagavam na Itália o ‘paese d’oro’, e que a partir de propagandas e de seus discursos, arregimentavam os imigrantes italianos para vir para o Brasil.

Estes agentes faziam uma série de asserções em relação ao país de destino, falando dos pontos positivos e ressaltando as vantagens das terras brasileiras. Porém, não era mencionado sobre os juros altos cobrados pelas companhias privadas, o monopólio dentro das colônias por parte dos diretores, a falta de estrutura para instalação das famílias, e tão pouco, era citado que essas terras já eram povoadas e habitadas pelos Xokleng, segundo Ostetto,

(...) houve um investimento muito grande, por parte das companhias, em contratar os chamados “agenciadores”, pessoas do local que se encarregavam de distribuir as propagandas, panfletos sobre as vantagens de emigrarem para a América. Muitas vezes eram denunciados por outros jornais como propagadores das mais falsas

ilusões, ou ainda como “traficantes de brancos”, uma vez que, por cartas recebidas, ou por imigrantes que voltaram, em especial do Brasil, este não se parecia em nada com o retrato propalado. (1997, p. 03).

Para os agenciadores essa era uma atividade extremamente lucrativa e não somente para as companhias colonizadoras. Esses homens “recebiam do governo uma quantia considerável pela quantidade de imigrantes trazidos” (Ostetto, 1997, p. 03). Assim, era essencial que seus discursos fossem propagados entre várias pessoas para conquistarem um maior número de imigrantes, e, conseqüentemente de lucro.

Nessa perspectiva, Nova Veneza também possuía seus próprios agentes recrutadores, embora estes que serão mencionados geralmente não sejam lembrados por essa função, e sim por seu ‘sucesso’ subsecutivo nos negócios locais da colônia. A família envolvida nessa teia de relações eram os Bortoluzzi, mais especificamente Gervasio de Luigi Bortoluzzi, que anteriormente foi citado como um dos profissionais liberais da companhia, e, não como ‘mero imigrante’. Dentre as análises, fica evidente que Gervasio Bortoluzzi desempenhou o papel de agente recrutador nos anos iniciais da colônia. Segundo Otto,

A empresa Ângelo Fiorita e Companhia, ao obter do governo um território de 30.000 hectares de terra, entregou a direção da Empresa a Miguel Nápoli, de Palermo. Nápoli nomeou Gervásio Bortoluzzi e Gaetano Feltrin como agenciadores, incumbindo-os de mobilizar e trazer imigrantes para Santa Catarina. Esses dois agentes foram à Itália em 1891, mais especificamente às províncias de Treviso, Beluno, Bérnago, Pádua e Mântua. (OTTO apud SILVA, 2006, p. 68)

Ainda sobre o papel desempenhado por Bortoluzzi, Ostetto menciona “no dia 02 de novembro de 1891, o Bortoluzzi chegou com as 320 primeiras famílias aproximadamente e, em seguida vieram os diversos contingentes, um após o outro” (1997, p. 03). Desta maneira, mas uma vez fica evidente o papel atribuído a eles, sendo estes, também responsáveis pelos processos migratórios aqui vivenciados.

Mediante o exposto, é percebido um outro aspecto, que neste trabalho já foi pautado: a não homogeneidade entre esses imigrantes e colonizadores. Pois, se muitos vieram com o intuito da conquista de terras para a subsistência, alguns desses atores sociais não se enquadravam nessa conjuntura, e como visto, não integravam-se nas colônias apenas com objetivos distintos, mas também com poderes e relações diferenciadas da grande maioria que ali se instalavam.

É a partir dessas análises particulares que entonaremos a discussão do próximo capítulo. Buscando a partir de sujeitos que ‘fogem a norma’ ou que fazem um ‘desvio de

curva' relativo a outras pessoas de um mesmo espaço, perceber como se instituem essas relações e diferenciações, e, por quê.

Buscaremos então, nem demonizar e nem santificar esses imigrantes, como sugere o título da dissertação de mestrado de Beneduzzi (1999) ‘Nem santos, nem demônios: italianos’. Mas sim, identificar as distintas realidades sociais em um determinado espaço, percebendo e problematizando as relações estabelecidas a partir disso, como exemplo o monopólio econômico da família Bortoluzzi por mais de cinco décadas, assim como as tensões com o setor público e o estado que envolvem tanto o diretor Miguel Napoli, quanto a própria Companhia Metropolitana

3. AS EMPRESAS COLONIZADORAS E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM O PODER PÚBLICO: O CASO DA COMPANHIA METROPOLITANA

Como frisado anteriormente, a intenção deste trabalho não se delineia com intuito de enaltecer pessoas e grupos específicos, e muito menos difamar os habitantes da cidade e seus antepassados, mas sim perceber as nuances que se estabeleceram a partir da constituição da colônia. Observando-a não como um processo singular, e sim, como uma relação composta por disputas, litígios e tensões. No capítulo anterior, busquei contextualizar o percurso vivido pelos imigrantes que aportaram no Brasil devido as necessidades e interesses que os fizeram emigrar, além disso, abordei de forma geral a criação do núcleo colonial Nova Veneza. Neste capítulo que se segue, buscarei esmiuçar essas relações estabelecidas.

Deste modo, procurarei compreender a lógica das companhias de migração, com meu olhar voltado para a Companhia Metropolitana. As companhias são muito citadas e referidas, mas pouco problematizadas em suas relações com o poder público e em sua atuação nos núcleos coloniais.

A partir do cotidiano da colônia, o qual busquei entender perante o cruzamento de fontes documentais e jornais, me proponho a fazer uma análise dos discursos dos ‘pioneiros’, por meio das possíveis janelas de observação: a Companhia Metropolitana e o diretor Miguel Napoli; os litígios na colônia e seu declínio; e pôr fim a família Bortoluzzi. É importante ressaltar que embora meu recorte trate especificamente dessas pessoas e grupos, isso não resulta na impossibilidade de outras análises a respeito da Colônia Nova Veneza. Meu intuito parte da necessidade de novas narrativas a cerca daquelas que constantemente são vistos como heróis, mas que tem sua trajetória pouco problematizadas.

As sociedades de imigração, embora constantemente mencionadas por sua atuação de forma autônoma e por suas ações estabelecidas por meio das práticas particulares, pouco são lembradas por sua relação com o poder público – mesmo que de forma indireta –, especialmente, por suas intervenções e auxílios.

Uma das grandes problemáticas para a compreensão dessas redes estabelecidas entre o governo e as agências de imigração, se dá pelo pouco engajamento de pesquisas que busquem compreender os meios de financiamento. Constantemente são publicados trabalhos que visam o entendimento dos resultados obtidos a partir das atividades das companhias, mas em contrapartida pouco se tem relativo aos financiamentos delas. Ivison Poletto Santos diz que “os autores fixaram-se somente no estudo das implicações resultantes do seu trabalho, ou seja,

a numerosa atração de imigrantes para o Brasil sem se preocupar em como a atividade foi financiada ou ainda, quem a financiou e a estruturou” (2008, p. 55).

O fato das sociedades de imigração particulares não serem diretamente vinculadas ao Estado, pode ser considerado uma operação intencional e até mesmo estratégica, pois ficara a cargo dessas modificar a visão que se tinha da migração para o Brasil, que “ficou profundamente arranhada pelas tentativas anteriores de localização de imigrantes, sendo que alguns países como a Alemanha, chegaram a proibir momentaneamente a imigração (...)” (SANTOS, 2008, p. 61).

Quais os limites existentes para determinar o que é público e o que, não é? Quais as prováveis intenções do Estado através do apoio aos setores particulares e de que modo essas ações intervêm no cotidiano e na vida das pessoas que estão no cerne dessas relações estabelecidas, no caso os imigrantes? São essas perguntas iniciais que me fazem refletir o caráter das instituições responsáveis pela inserção de milhares de pessoas na segunda metade do século XIX nos portos brasileiros.

Nesta conjuntura das grandes promotoras de imigração, é preciso em primeira instância caracterizar as nuances e os diferentes interesses entre os estados – no caso Rio de Janeiro e São Paulo –, o que comumente ocasiona não só na disputa pelo apoio governamental, mas também geravam uma série de debates na imprensa jornalística.

Contextualizado as empresas agenciadoras de São Paulo, abordaremos a Sociedade Promotora de Imigração, a qual introduziu um dos maiores contingentes de imigrantes no país recebendo para tal, grande aporte do Estado, subvencionando os trabalhadores e destinando-os as lavouras cafeeiras. Sua iniciativa recebeu não somente o apoio público, como também contava com a união dos fazendeiros cafeeiros, os quais buscavam defender seus interesses garantindo mão de obra para o trabalho.

Em 1893, o funcionário da Companhia Metropolitana e diretor da colônia Nova Veneza, Miguel Napoli, por meio de uma publicação no jornal Correio Paulistano (SP), teceu uma série de críticas a imigração para as lavouras cafeeiras em São Paulo.

Porém esses apontamentos de Napoli não foram feitos de maneira inocente, tendo em vista que a companhia que ele era funcionário era concorrente da Sociedade Promotora, as quais tinham interesses distintos com a imigração. O fato das ofensas serem auferidas, possivelmente ocorreram com intenção de propagandear as colônias particulares, sendo estas divulgadas como locais mais receptivos e com melhores condições de vida em contrapartida as de São Paulo – as impulsionadas pelas famílias cafeeiras:

É de facto uma necessidade, por isso que o imigrante, desde o instante em que decide-se a aceitar a passagem gratuita, não é mais senhor da própria vontade; elle renuncia tacitamente a mais sagrada das prerrogativas humanas: a da liberdade de locomoção, de que nos fala Spencer com tanta proficiência. O imigrante em S. Paulo nunca teve o direito de escolher o próprio destino: mas, como manda-se vir para prestar serviço nas fazendas, encaminhamos para lá, sem que se lhe sinta a menor objecção. Não é, pois, a própria vontade que o leva a preferir esta ou aquella forma de colonisação, mas a necessidade, por uma parte, e a propaganda insistente por outra, que o envolve com seus tentáculos e o acompanha até ao limiar da fazenda. (...) Um verdadeiro fluxo e refluxo de carne humana, um perpetuo choque imane de energias e aviltamentos, de esperanças e de lagrimas (...) (Correio Paulistano, 1893)

A fundação desta sociedade teve início oficialmente em 1886, ocasionada a partir dos debates sobre o trabalho escravo e sua restrição. É importante perceber ainda os agentes envolvidos em sua constituição, pois quem controlava boa parte da sociedade eram famílias influentes da cidade de São Paulo. Os beneficiamentos não ocorriam somente de forma monetária, tendo em vista que as famílias dirigentes continham um largo capital financeiro.

Segundo Petri:

Não foi só uma questão de subvenção, todo um aparato foi montado para legitimar a organização e função pública da Sociedade Promotora de Imigração. Leis, correspondências entre presidentes de província e depois presidentes de estado – com o advento da República –, decretos, relatórios de inspetores, lançamentos fiscais e, principalmente, o repasse de verbas, além da transferência para construção e administração da Hospedaria do Imigrante na região do Brás, são alguns dos elementos que molduram a parceria entre o público e o privado (2010, p. 03).

Porém, havia outras sociedades de imigração, – em especial no Rio de Janeiro – com interesses distintos da paulistana. Estas por sua vez, apresentavam um caráter favorável ao povoamento, direcionando assim, os imigrantes para os chamados vazios demográficos, o que divergia do pensamento das grandes famílias de São Paulo. Santos diz que, “tal sociedade chegou a bater de frente com a Promotora por não concordar com o seu sistema de aliciamento de imigrantes” (pg. 58, 2008).

Segundo Angelo Trento (1989) o auge dos contratos acordados entre o Estado e as empresas particulares ocorriam entre os anos de 1885 a 1894, entre estes, o contrato mais conhecido foi pactuado com a Companhia Metropolitana, que ficou competente de introduzir um milhão de imigrantes em até dez anos. Neste contexto, é perceptível as disputas que são acirradas pelas duas instituições nas páginas dos jornais.

No periódico “O Comércio de São Paulo”, do ano de 1893, é veiculado na capa uma publicação com o título de “Imigração”, composta por uma série de críticas ao monopólio da Companhia Metropolitana, e em contrapartida infere largos elogios a Sociedade Promotora de Imigração.

É importante atentar-se ao fato de o jornal possivelmente ser subsidiado e financiado por famílias cafeeiras que advém da herança rural de nosso país¹², as mesmas que também apoiavam a Sociedade Promotora de Imigração.

Já as companhias privadas do Rio de Janeiro – ao menos as mais influentes – eram administradas por italianos, isto é, além dos interesses distintos com a colonização de mão de obra para o trabalho *versus* a colonização de povoamento, existiam também os conflitos ideológicos e étnicos, sendo perceptível nas colônias de povoamento a estimulação para a permanência da língua materna, os dialetos, o catolicismo romano, e a criação de sociedades de mutuo socorro e fraternidade por meio do associativismo¹³, as quais permitiam apenas a participação de imigrantes italianos e que perpetuavam o amor à pátria mãe – a Itália. Já os fazendeiros cafeeiros perpetuavam o ideal de nação brasileira, a qual era posta em risco perante os costumes e tradições conservadas no seio dos núcleos coloniais de imigrantes italianos/as:

Nos artigos anteriores demonstramos a sociedade que o monopólio no serviço de introdução de imigrantes tem produzido males, consequência do privilégio que, nesse como em qualquer outro ramo da pública administração, é pernicioso e funesto. E' lamentável que seja tolerado esse dispendioso luxo de intermediário que custa ao Thesouro sommas fabulosos. (...) Aqui em S. Paulo, existe uma associação digna de sinceros elogios pelo fim a que se propõe e que é composta de respeitáveis cavalheiros. Referimons á Sociedade Promotora de Imigração, cujos serviços ao Estado são inolvidáveis e palpitantes de oportunidade. Levada naturalmente pelas melhores e mais patrióticas intenções, que aliás reconhecemos (...) Não é o mesmo, não merece elogios a Companhia Metropolitana, gerente e sócia ostensiva de uma sociedade em conta de participação que executa o contracto celebrado com o governo federal (...) Não é ella, porém, que faz o serviço: não tem elementos para fazel-o nem meios regulares para comprimir o contracto que celebrou. A introdução de imigrantes, o transporte e a entrega deles, tudo em summa, é feito pelas companhias de navegação, tendo a Metropolitana o único trabalho de apresentar com seu o serviço de outrem e de arrecadar nos seus cofres o lucro colhido entre o que paga às alludidas companhias e o que recebe do governo. Ora, tudo isso, sobre ser uma calva agiotagem, é altamente deprimente para o caráter nacional, que não pode consentir na continuação do desbaratamento dos dinheiros públicos. (O COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 1893, p. 01).

A companhia Metropolitana sediada no Rio de Janeiro era presidida por Carlos Augusto de Miranda Jordão, um influente negociante e engenheiro. Embora já atuante, passou a ter destaque no ano de 1890, quando assinou um contrato com a União para a criação de diversas colônias no país, tendo apenas a colônia Nova Veneza (SC) e Nova Trieste (SP) sido consideradas bem-sucedidas. Ao mencionar a colônia Nova Trieste, é importante ressaltar que

¹² Ver Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

¹³ Sobre o associativismo não irei me aprofundar, pois não é meu intuito. Porém, podemos observar essa discussão na obra de Angelo Trento, no livro "Do Outro Lado do Atlântico" (1989); e na tese de doutorado de Patrícia Gomes Furlanetto: "O associativismo como estratégia de inserção social" (2007).

a historiografia local¹⁴ comumente aponta Nova Veneza como a primeira colônia Republicana do Brasil e sendo a única colônia criada a partir da Lei Glicério, entretanto, podemos inferir que ambas surgem a partir da mesma legislação.

Além disso, é possível observar no Diário I da Colônia Nova Veneza que em 31 de dezembro de 1891 são realizadas transações de dinheiro no valor de 20:357\$982 para Nova Trieste: “Colônia Nova Trieste: Importância das despesas effectuadas de julho de 1891 até esta data” (NAPOLI, p. 24, 1891)¹⁵, o que nos faz acreditar que a colônia paulista¹⁶ também estava em atuação.

COMPANHIA METROPOLITANA
7 RUA DA ALFANDEGA 7
RIO DE JANEIRO
Telephone 812—End. Telegraphico METROPOLE

Capital nominal.	20.000:000\$000
Capital emitido.	10.000:000\$000
Ultimo dividendo	10 %

DIRECTORIA

Presidente.—Dr. Carlos Augusto de Miranda Jordão, r. S. Bento, 19, e r. Nunes Machado 5, Petropolis.
Director-Secretario.—Francisco R. Paz, r. de S. Bento, 22.
Director-Thesoureiro.—Urbano C. Faria, caes da Gloria e r. S. Pedro, 64.

CONSELHO FISCAL

Luiz Plinio de Oliveira, r. Olinda, 31.
Cesar Duque Estrada & C., r. Municipal, 2.
Dr. Caetano Pinto da Fonseca Costa, r. do Palatinato, Petropolis.

SECRETARIO DA COMPANHIA

Maximino Maia, r. S. Christovão, 230.

ADMINISTRADORES DA SECÇÃO DE IMMIGRAÇÃO

A. Fiorita & C., r. Primeiro de Março, 37.

FUNDADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1890

DEU COMEÇO ÀS SUAS OPERAÇÕES EM 1º DE OUTUBRO DE 1890
Tem a seu cargo o serviço de introdução de imigrantes, por contracto com o Governo Federal, e a instalação de 20 burgos agricolas, nos Estados do Rio-Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Espirito-Santo e Bahia, dos quaes já está concluido a do 1º nucleo em Santa Catharina sob a denominação de COLONIA NOVA VENEZA, e em iniciação um no Estado de S. Paulo, com a denominação de COLONIA NOVA TRIESTE.

Executa por conta propria ou alheia obras de qualquer natureza, explora e custeia estabelecimentos industriaes e effectua operações bancarias.

Figura 2 - Propaganda de divulgação das colônias da Companhia Metropolitana. Fonte: Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 30º ano, 1893, p. 1500. Disponível: Hemeroteca Nacional.

Durante os incursos do período republicano, o governo instituiu algumas leis concernentes a questão migratória no Brasil, dentre essas estava a Lei Glicério – já

¹⁴BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1991.

¹⁵Em anexo (anexo A).

¹⁶Em notícia vinculada no jornal República, de Santa Catarina em 1919 menciona-se a colônia, de fato está não foi bem-sucedida, mas as ações para sua constituição ocorreram: “tão pesadas que a própria Metropolitana única a salvar se entre as inumeras empresas que exploraram esse empreendimento, não conseguir dar conta do segundo burgo, cujos trabalhos iniciou, sem resultado apreciável, em Xiririca, no Estado de S. Paulo.” (REPUBLICA, 1919, p. 02).

mencionada no capítulo anterior – a qual continha o nome do senador que a instituiu, Francisco Glicério.

Lei a qual era extremamente excludente, pois não somente auxiliava as companhias particulares concedendo passagens integrais, ou parte delas aos imigrantes, mas também definia quais seriam os imigrantes aptos e desejáveis, pois, como afirmado no artigo 1º do decreto, proibia a entrada de ‘‘Indígenas da Ásia ou da África’’.

Os europeus que vinham por intermédio da lei também passavam por uma série de critérios, o que demonstrava o caráter seletivo: no artigo 5º os seus três incisos deixavam evidente quem poderia migrar com a passagem integral ou reduzida: as famílias de agricultores e seus respectivos chefes; os varões solteiros que fossem maior de 18 anos e menores de 50, desde que fossem trabalhadores agrícolas; os operários e artesões dispostos a se destinar ao serviço doméstico; as pessoas enfermas ou com ‘‘defeitos físicos’’ só teriam a passagem gratuita caso houvessem ao menos duas pessoas da família que fossem válidas. Além disso, o Estado concederia às companhias de transporte marítimo a subvenção de 120 francos pela passagem de cada imigrante adulto, metade desse valor as crianças de 8 a 12 anos e um quarto da quantia as crianças de 3 a 8 anos de idade.

No quarto capítulo do decreto – ‘‘Dos favores concedidos pelo Estado’’ – é mencionada uma série de prêmios e direitos que as companhias colonizadoras poderiam vir a ganhar, caso mantivessem uma boa administração nos núcleos coloniais, ficando assim evidente as relações públicas *versus* privadas. Para Robert Heilbroner ‘‘nas sociedades capitalistas há uma forma de interação entre o Estado que fornece o palco onde o espetáculo será realizado e a iniciativa privada que usa este palco para suas atividades’’ (SANTOS apud HEILBRONNER, 2008, pg. 56).

Neste contexto é necessário também mencionar a Companhia Colonizadora Ângelo Fiorita e Cia, pois, em muito sua história se confunde com a da Companhia Metropolitana, sendo ambas mencionadas em muitos trabalhos como a mesma.

A Ângelo Fiorita e Cia. iniciou sua história em 1886, quando acionou seu primeiro contrato para a introdução de seis mil imigrantes no país. Segundo Paulo César Gonçalves, ‘‘Grosselli afirma, sem se aprofundar no tema, ser evidente que Ângelo Fiorita possuía ligações importantes com o ambiente político-administrativo no Rio de Janeiro, como provam os vantajosos contratos firmados como o governo geral’’ (2008, p. 419).

Em matéria veiculada no jornal Correio Paulistano, fica evidente a transação das ações a serem efetivadas anteriormente pela Fiorita, e posteriormente pela Metropolitana.

Miguel Napoli enfatizava que as práticas realizadas por ambas não deveriam vir a público e que ninguém tinha o direito de contestar, pois são empresas particulares.

Entretanto a contestação do ponto de vista comunitário era legítima, pois embora estas fossem sociedades particulares, arbitrariamente eram beneficiadas pelos recursos públicos e leis que diretamente as gratificavam. Além disso, devido o monopólio centralizado nestas duas empresas, pouco se sabia da realidade dos imigrantes que aportavam em terras brasileiras, pois além de irregularidades nos serviços prestados, a fiscalização quando existente eram precárias.

Mais uma vez percebe-se que Napoli exprime sua opinião nas páginas dos jornais em defesa da manutenção de uma boa imagem das empresas, pois, além dos subsídios para a realização dos serviços, era preciso também uma positiva propaganda e exposição na Itália para a continuidade dos aliciamentos e recrutamento de futuros imigrantes. Assim, ele levantou-se desta vez contra as Companhias Italianas de Navegação. Auferindo que as ações das empresas eram algo que não desrespeitavam a mais ninguém:

As companhias Italianas de Navegação no seu furor de todo demolir, communicaram ao publico, que o Cav. Fiorita, uma vez senhor de todos os contractos para a introdução de immigrantes, unio-se em sociedade com mais cavalheiros e a Companhia Metropolitana a qual ficou com todos os seus direitos e razões apurando na transação grandes lucros e dividendos. Quer-me parecer que nada tem que ver o publico, si o sr. Fiorita julgava-se com direito de dividir os lucros prováveis e a responsabilidade de contractos, que elle podia perfeitamente executar por si só, sendo este negocio todo particular em que ninguém tem o direito de se metter. (Correio Paulistano, 1893, p. 02).

Fiorita era comumente criticado por meio de denúncias veiculadas nos jornais a respeito de suas relações de proximidade com o governo e do monopólio acerca da imigração. Em sua pesquisa, Gonçalves (2008, p. 420) apresenta uma tradução do jornal *Fanfulla* de 04 de junho de 1894, a carta noticiada é do ano de 1890, direcionada a Francisco Glicério com remetente de Fiorita. Segundo o autor, no documento menciona-se a operação de concessão de terras de uma rica área em carvão no Estado de Santa Catarina, que futuramente seriam entregues a Companhia Metropolitana.

A partir da fonte, podemos deduzir mais uma vez, não somente relações das empresas colonizadoras do Rio de Janeiro com o setor público, mas também que a Lei Glicério foi criada especialmente para privilégios direcionados as duas companhias, sendo que foram as únicas que se enquadraram nos preceitos do decreto e que conseguiram garantir a constituição de núcleos colônias a partir dela.

Portanto, a colônia Nova Veneza não foi uma promessa auspiciosa e de progresso devido somente a ‘boa administração’ de Miguel Napoli e da Companhia Metropolitana em seus anos iniciais – tendo em vista que quando o contrato é encerrado a colônia é praticamente abandonada pela empresa –, como muitas vezes é falado na historiografia local, mas sim porque foi a única a ter acesso ao decreto, criada para tais fins: seu beneficiamento público aliado ao resguardo de um rico subsolo:

A respeito disso [transporte de imigrantes], obtivemos do ministro Sr. Franciso Glicério facilidades especiais, sendo ele íntimo de nosso chefe Sr. Fiorita. Nesse momento devemos adverti-los de uma coisa: encontram-se aqui os senhores Edoardo Pierantoni e Salvatore Nicosta, o primo irmão do senador italiano Pierantoni, para trata com este governo uma grande operação; uma imensa concessão de terras para colonizar, com capital inglês. Quando o negócio for concluído, pelo qual nosso chefe Sr. Angelo Fiorita trabalha junto a S.E ministro Glicério com certeza de êxito, Pierantoni partirá para Roma com uma concessão de 100 mil emigrantes. Tudo está combinado de forma que, com o apoio político desses homens, será fácil convencer Crispi a reabrir os portos para a emigração (GONÇALVES apud FANFULLA, p. 2008, 420).

Esta afirmação de Gonçalves relativa a ‘uma rica área em carvão’ evidencia que além do intuito de povoar e colonizar, existia também o interesse pelo subsolo. Segundo Dall’Alba, “a Companhia encontra sua sobrevivência no carvão. Já em 1894 passa a chamar-se Companhia Carbonífera Metropolitana” (1983, p. 60).

Entretanto, como demonstrada pela fonte apresentada por Gonçalves, fica explícito que o interesse pelo subsolo já existia antes mesmo da constituição da colônia que ocorre em 1891, um ano depois da criação da lei em 1890, que beneficia a Companhia, mas as atividades relativas a exploração do minério por conta da empresa de fato passou a ocorrer apenas com os cortes de subsídios governamentais.

Em relação aos interesses pelo carvão¹⁷ que se delineiam nos anos seguintes, é possível observar como as relações de poder instituídas pela Companhia para com os colonos se mantêm, mesmo com interesses distintos. Nos documentos encontrados no Centro de Memória e Documentação da UNESCO – CEDOC, no ‘Fundo Bortoluzzi’, alguns contratos de vendas de terras deixam evidentes as ações que se prescreviam, “a Companhia Metropolitana fica reservado o direito de explorar o subsolo”¹⁸. Este item expressa

¹⁷Neste trabalho não tenho o intuito de abordar as discussões referentes ao carvão, e sim focar minha análise para as questões migratórias e a constituição da colônia Nova Veneza. Por isso, para uma melhor compreensão da temática indico a obra de Alcides Goulart Filho intitulada ‘Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina’ (2004).

¹⁸ Em anexo (anexo B).

claramente que a Companhia estava ciente da presença do carvão em seu território, como também, anuncia o interesse em explorá-lo.

3.1 ‘A COLÔNIA MODELO: DO PROGRESSO A ESTAGNAÇÃO’

Concebida a partir dos preceitos da Lei Glicério, o núcleo colonial formado pela Companhia Metropolitana serviria de base e modelo de progresso para as futuras instalações que se pretendiam constituir a partir do decreto, as quais nunca ocorreram – exceto a Colônia Nova Trieste – porém, está última não foi motivo de destaque, e provavelmente teve tantos, ou mais problemas em seu desenvolvimento quanto a ‘promessa do sul do estado’.

Na historiografia local relativa aos processos de colonização do sul catarinense, constantemente, menciona-se o Relatório de 1895 do Cav. Alberto Roti, Cônsul Real Italiano estabelecido em Santa Catarina, que em seu relatório, evidencia o fato de que a colônia foi fundada “sob os melhores auspícios, querendo a Companhia Metropolitana fazer dela uma colônia modelo (...)” (DALL’ALBA apud ROTI, pg. 12, 1983). Porém, ao analisar as relações estabelecidas, percebe-se uma diversidade de conflitos vivenciados tanto pelos colonos, como pelo diretor Miguel Napoli.

A falta de aceitação dos trabalhos e atividades impostas e orientadas pela empresa colonizadora, assim como a dissonância entre o que era cobrado pela mesma e o que os colonos podiam oferecer, geravam além de discordâncias o endividamento dos agricultores. O que nessa perspectiva diminuía o lucro da empresa e acarretava em prejuízos. Estes prejuízos estavam relacionados aos valores despendidos para a manutenção da família do imigrante, cuja sobrevivência deveria depender do cultivo da terra. O endividamento dos colonos certamente contribuiu para que muitos se retirassem da Colônia Nova Veneza. Entre os anos de 1891 a 1894, diversas saídas são referidas em dezenas de páginas do Diário I da Colônia.

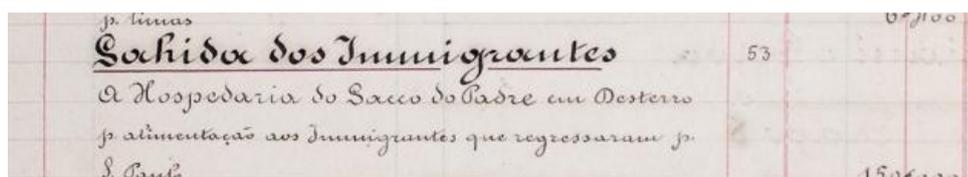


Figura 3 - Imigrantes regressam a São Paulo. Fonte: Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I. Colônia Nova Veneza, 1893, p. 156. Disponível: Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

Os gastos registrados com a saída dos imigrantes nos evidenciam que boa parte destes indivíduos estavam “regressando à São Paulo”. Pois, além da imagem exposta acima, outras saídas foram efetivadas, como afirmado por Bortolotto:

Dos 2.100 imigrantes chegados nos navios “Bretagne” e “Andra Doria”, somente 1.380 permaneceram na Colônia Nova Veneza. Os outros 720 foram trazidos por engano até Santa Catarina, por isso tiveram que ser reembarcados e levados ao Estado de São Paulo, onde deveriam ter ficado. (...) Em Imbituba os imigrantes foram colocados no paquete “Laguna”, que os deixou no Desterro, onde foram alojados, na Hospedaria de Imigrantes do Sacco do Padre, até serem embarcados para São Paulo em 17 de novembro de 1891” (BORTOLOTTO, 1991, p. 27).

Podemos inferir a partir destes indícios que a empresa Metropolitana poderia estar deslocando imigrantes de sua Colônia Nova Triste para a Colônia Nova Veneza, e vice-versa. Portanto, algumas famílias de colonos não estavam migrando da Itália diretamente para o sul do estado, mas estavam sendo realocadas em processos migratórios internos. Os registros não nos permitem compreender quais motivações levaram a empresa a enviar um número tão grande de pessoas de volta a São Paulo, nem nos propiciam conhecer os nomes ou sobrenomes destas famílias.

Contudo, deixam evidente tensões não muito relatadas, cuja visões homogêneas sobre a colonização pouco mencionam ou problematizam, sendo estas ofuscadas pelo “mito do imigrante que deu certo”, mas, por que nem todos deveriam ficar aqui? Porque muitos foram retirados e enviados para outros locais? Perguntas as quais não tenho resposta imediatamente, mas que me fazem refletir o caráter seletivo da imigração para a colônia, assim como as rígidas regras da companhia.

Outro importante registro anotado no Diário da Colônia referente às despesas com a saída de imigrantes é em relação às mulheres viúvas e crianças órfãs de pai. Segundo o art. 17 da Lei Glicério, dispõe que seria permitido a volta a pátria destas mulheres e crianças.

Porém, a lei não as encorajava a dar continuidade ao que já havia sido estabelecido pela família antes da morte de seus maridos, mesmo que essas não possuíssem dívidas e que sua família tivesse obtido boas colheitas em seus lotes. Bem distinta das relações postas até mesmo para com os homens endividados, pois estes mesmo que escolhessem se retirar do núcleo colonial, teriam suas dívidas abatidas, ou diminuídas de acordo com as colheitas, os trabalhos prestados, e as “bemfeitorias”¹⁹ realizadas.

¹⁹ Quando os colonos atrasavam as parcelas dos lotes por mais de dois anos, ou quando se retiravam da colônia antes de finalizar o pagamento total de suas terras, teriam direito a descontos de acordo com as bemfeitorias que tivessem realizado, tais como: derrubada de matas, abertura de estradas e caminhos vicinais, boas plantações e colheitas, criação de animais em seus lotes, etc.

Isto deixa implícito que as mulheres não eram vistas como mãos de obras aptas para a lavoura, gerando desta forma despesas ao Estado e as companhias particulares, o que fica exposto pela própria lei que preferia imigrantes homens, jovens e trabalhadores. Nesse sentido, eram compreendidas como incapazes de gerenciar as terras da família, o que forçava estas viúvas a retornarem para a Itália.

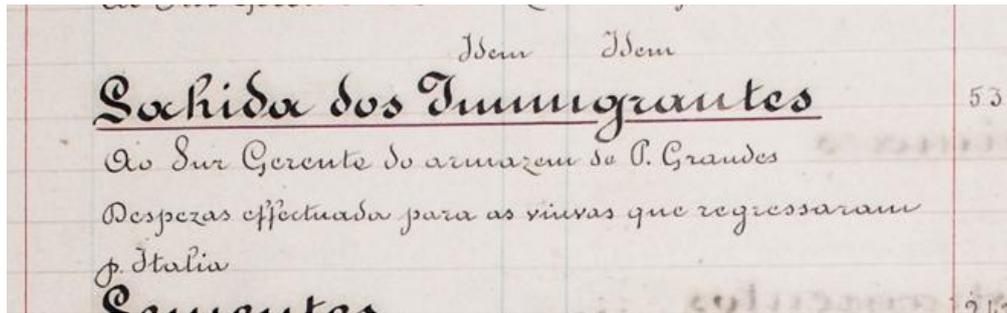


Figura 4 - Viúvas regressam a Itália. Fonte: Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I. Colônia Nova Veneza, 1893, p. 148. Disponível: Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

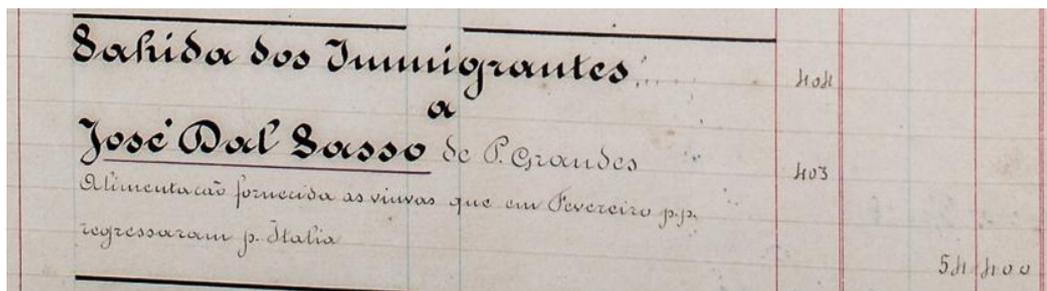


Figura 5 - Alimentação fornecida as viúvas. Fonte: Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I. Colônia Nova Veneza, 1893, p. 192. Disponível: Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

O endividamento dos colonos, as possíveis tensões com os imigrantes vindos de outras colônias, o tratamento despendido as viúvas como também, o não cumprimento de diversas obrigações da Companhia Metropolitana fizeram com que muitos colonos se revoltassem contra a empresa. Cenário este que foi piorado com o fim dos subsídios²⁰ em 1895. A rescisão do contrato com a Companhia aponta para o fim da intervenção governamental nos serviços de introdução de imigrantes no país:

Aos cinco dias do mês de setembro de 1896, presentes na secretaria de Estado dos negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, na capital Federal, o engenheiro Antonio Olynto dos Santos Pires Ministro de Estado dos Negócios da mesma

²⁰ A Companhia Metropolitana passou a não receber mais os subsídios e teve o contrato encerrado, por não ter cumprido as cláusulas do acordo, como: a introdução de um milhão de imigrantes e a instalação de dezenas de colônias pelo país, principalmente no sul do Brasil.

repartição, por parte do Governo Federal dos Estados Unidos do Brasil e a Companhia Metropolitana por seu presidente, o engenheiro Carlos Augusto de Miranda Jordão, entre si acordam, nos termos do parágrafo 11, nº 3, do art. 6º da Lei 360, de 30 de dezembro de 1895, rescindir o contrato – celebrado em 12 de agosto de 1892 para a introdução de um milhão de imigrantes, - mediante a indenização de oito mil e quinhentos contos de réis (8.500:000\$), previamente ajustado com o Banco da República do Brasil (...) (JORNAL REPUBLICA apud BORTOLOTTI, 1991, p. 59).

Mediante o exposto, as relações passaram a se acirrar na colônia, pois com o fim do apoio e do investimento público os interesses da Companhia são desviados para outras atividades lucrativas, como a exploração do carvão.

A falta de assistência e de interesses em decorrência dos findos contratuais, geraram uma série de revoltas por parte dos colonos, pois além das atividades deficitárias já existentes ainda quando havia auxílios, como por exemplo, as estradas precárias, outras diversas carências se arrastaram por anos.

Somente em setembro de 1896 é divulgado para os colonos o fim do contrato que havia sido feito há um ano – decretado em 1895. Após a comunidade ser inteirada sobre a recessão, é veiculada no jornal República, a notícia de um “motim na colônia”. Fato também referido por Bortolotto: “Dois meses depois do rompimento do contrato com a União os jornais noticiaram a ocorrência de um motim na Colônia Nova Veneza” (1991, p. 59).



Figura 6 - Motim na Colônia. Fonte: República, Orgam do Partido Republicano Federal. Florianópolis, Anno VII, 1896, p. 01. Disponível: Hemeroteca Nacional.

Não conhecemos os detalhes deste motim, que segundo a notícia teria acontecido na Colônia Nova Veneza e também em outros núcleos da Metropolitana, mas os desdobramentos desses eventos reverberaram na imprensa da época, em que a Metropolitana passou a ser atacada por diversos setores, inclusive pelo próprio Miguel Napoli.

Inicialmente, quando dada a constituição da colônia a empresa é explicitamente elogiada por seus serviços prestados, e, após seu declínio passou a ser abertamente criticada. No jornal Gazeta de Notícias da cidade do Rio de Janeiro – onde encontrava-se também a sede da Companhia Metropolitana – é veiculada em 1891 uma reportagem falando da constante prosperidade da recém colônia, e também da inteligência e dedicação do então diretor Miguel Napoli:

Lemos nas folhas de Santa Catharina que a colonisação alli sustentada e desenvolvida pela Companhia Metropolitana, com sede n'esta capital, começa a ser uma auspiciosa realidade. A colonia Nova Veneza, fundada apenas há 8 mezes, acha-se em condições de constante prosperidade, graças a inteligente e dedicada direção do Sr. Miguel Napoli, que tem merecido dos immigrantes as mais sympathicas provas de estima. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1891, p. 01)

Porém, neste mesmo jornal, percebe-se uma mudança nas falas atribuídas a Companhia, apenas seis anos depois dos elogios proferidos. Na reportagem a seguir, fica visível que para o responsável da notícia, um dos motivos pelo declínio da colônia e por sua estagnação foi o fato de ter sido administrada pela Metropolitana e não mais pela Angelo Fiorita e Cia, pois, segundo o autor, está primeira lhe concedeu uma atenção secundária.

Anteriormente, o jornal não havia proferido acusações ou críticas à administração de tal colonizadora, como observado. Ao passo em que os subsídios foram cortados e que a companhia não teve mais o apoio do Estado, as manifestações e os discursos se modificaram. Na notícia percebe-se o engajamento para ressaltar que a colônia Nova Veneza tinha ‘tudo para dar certo’, pois possuía uma extensa e rica área, mas isso não ocorreu devido sua má administração.

Outro fato importante a se notar, é que Fiorita, embora tivesse cedido o contrato com a União a Metropolitana, não é difamado, o que nos deixa implícito que devido suas relações estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro, buscou a partir da imprensa uma maneira de desvincular a imagem de sua empresa da Companhia Metropolitana – haja em vista que este fato pudesse prejudicá-lo. Como observado até pouco tempo os vínculos de ambas eram de extrema proximidade e ‘cumplicidade’, como na fomentação da Lei Glicério, mas ao passo que as críticas surgem, as necessidades mudam, os discursos se modificam e as alianças são rompidas:

A colônia Nova Veneza foi fundada em 1891, sendo concessionaria a importante casa commercial Angelo Fiorita e C. Esta concessão foi transferida algum tempo depois à Companhia Metropolitana. Nova Veneza e os núcleos Belluno, Nova

Treviso e Jordão teriam com toda a certeza, dado resultados esplendidos, se tivessem continuado debaixo da administração de Fiorita. (...) Conhecedor profundo do problema da imigração, teria de perto acompanhado tudo quanto tivesse podido concorrer à proveitosa exploração e ao desenvolvimento rápido dos 35.000 hectares de terrenos fertilíssimos de que era concessionário (...) A companhia Metropolitana, uma vez proprietária da Nova Veneza, concedeu-lhe uma atenção secundária. (...) Explica-se então claramente a pouca importância e o quasi nenhum cuidado que a companhia Metropolitana dispensou a colônias de Nova Veneza, que ha mais de dousannos arrastam uma existência absolutamente atrophiada. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1897, p.02)

Outro importante acontecimento foi a mudança de postura de Miguel Napoli, alguns anos após a recessão do contrato com a União o diretor foi retirado da direção da colônia, transferida a Nicolau Pederneiras, e desde então passou a tecer uma série de críticas a companhia. Críticas nunca feitas anteriormente quando possuía vínculo empregatício com a colonizadora, sendo beneficiado em muitos momentos através de aquisição de terras e largos pagamentos mensais.

Em 1919 no jornal República, Napoli publica uma reportagem “de como se esbulham quatro povoações”, em que deixa manifesto que é direcionada ao Governador do Estado. Nesta matéria ele menciona como a Metropolitana expurgou os cofres públicos, além disso, infere também que a colonizadora enclausurou os habitantes em propriedades distantes do núcleo colonial, longe das praças públicas e da igreja. Sendo impossibilitados de usufruir dos benefícios da colônia, que eram propagados quando se arrematavam os imigrantes, e que, a própria lei Glicério impunha como obrigatório para os núcleos coloniais a partir do decreto.

Entretanto, percebe-se uma incoerência neste discurso, pois Napoli como diretor na época, era o responsável legal pela distribuição dos lotes, e não somente a Companhia. Ele menciona a culpa da Metropolitana, mas abstém a sua, assim como também abstém os ricos editais²¹ que concorreu e ganhou do estado para a construção de estradas, assim como os 15.000 hectares de terras que comprou, mesmo sendo patrimônio público destinado a distribuição de terras para os colonos e a criação de uma nova colônia²² a qual nunca existiu. Na reportagem mencionada anteriormente, Napoli contesta o seguinte:

²¹“Sua amizade com o Gov. Hercílio Luz lhe rendeu alguns benefícios, como a concorrência para a construção da estrada São Bento” (Bortolotto, 1991, p. 71). A proposta para a construção da estrada foi lançada em 1895 pelo Gov. Hercílio Luz, tendo sido vencedora a de Miguel Napoli, que orçou a obra em 53:000\$. No mesmo período, Napoli também teve aprovado um projeto para exploração de salinas no município de Laguna.

²²Bortolotto (1991, p. 69) menciona que em 1898 Napoli fundou, ao norte da colônia Nova Veneza o ‘burgo agrícola’ denominando ‘Trinácia’, porém essa colonização não prosperou, pois, a aquisição das terras foi considerada irregular, fato que gerou um processo judicial contra ele até sua morte.

A Companhia Metropolitana, exgotada a cobrança da dívida colonial da Nova Veneza, achou de bom aviso tirar proveito dos logradouros públicos. Retalhou-os lotes urbanos e os vendeu a resto de barato a dois ou três especuladores (...) O critério administrativo, adoptado nessa colonia, pela Metropolitana, desde a aurora do novo século, fez com que os seus habitantes ficassem enclausurados na solidão de suas pequenas propriedades, privados de reunir se numa praça pública e impossibilitados de residir á sombra da egreja, construída por elles e a própria custa (...) Ter-se ia baseada, talvez, no facto de o Governo lhe haver rescindido o contacto? Mas, desde quando a rescisão de um contacto dessa ordem faculta o direito de anullar ou desmanchar os effeitos produzidos por esse mesmo contracto, em troca de certas e determinadas recompensas venaes? Se lhe assiste o direito a Metropolitana, de vender as praças, tão necessárias á locomoção e ás expansões dos vivos, porque não vende também os cemitérios, dos quaes os mortos podem perfeitamente prescindir? Porque não vendem as estradas, os cursos de agua, o ar? (...) Mas as migalhas, ás vezes engasgam. Um precedente na vida pública do sr. dr. Hercilio Luz, dá ádito a esperar que essas migalhas venham a ser restituídas a seus legítimos donos. (...) é de esperar que não cruze os braços e não deixe de valer-se da sua autoridade de Chefe Supremo do Estado, para compellir a Metropolitana a restituir áquella colonia o patrimonio de que foi arbitrariamente expolido. (REPÚBLICA, 1919, p. 02)

No mesmo jornal, alguns dias depois ao manifesto dele é veiculada uma notícia: “Colonos de Nova Veneza agradecem à República” em nome de alguns moradores gratulando o “enérgico protesto” proferido pelo ex-diretor em defesa dos habitantes e acusando a companhia de tê-los privados dos logradouros públicos, como as praças e a igreja.

Entretanto, os moradores que fizeram o protesto eram pessoas influentes na comunidade e que possuíam não somente capital financeiro, mas também acesso a imprensa jornalística, tendo em vista que boa parte dos colonos eram analfabetos, devido à falta de escolas que eram centralizadas apenas nos principais núcleos coloniais e na sede, além disso, continuavam afastados de boa parte das atividades devido as estradas precárias:

(...) Illmo. Sr. Director da Republica. Os moradores de Nova Veneza abaixo-assignados agradecem lhe, penhorados, a synpathia que v.s. manifestou por esta colonia, acolhendo no seu conceituado jornal o enérgico protesto que o sr. Miguel Napoli, fundador da mesma colonia, lançou contra a Companhia Metropolitana, que sem a menor consideração para com os seus colonos, privou-os do logradouros públicos. (...) Tão necessárias á sua convivência social são as praças de que foram privados, que os habitantes de Nova Veneza estão promptos a reembolsar á Metropolitana o pouco dinheiro que terá de restituir aos compradores das alludidas praças, porém na hypothese de que se possa justificar a venda por Ella effectuada. (...) Somos de V.S. Att. e Ob. Francisco Canella, comerciante; Felipe Napoli, juiz de paz; José Canelle intendente; Antonio Sivero, Cesare Belletini, comerciante; José Michels, Pedro Schenaider, Bernardo Kesting, Affonso Burigo, Pedro Canella, Pedro Bortolotto, Henrique Nuremberg, Augusto Kesting, Antonio Nuremberg, José Bordignon, Pedro Bordignon, João Gava, Augusto Daminelli, Giacomo Fontanella, Mariano Fontanella, Anacleto Girardi, Italico Brunelli, Fioravante Brighenti, Cesare Ghislandi, Augusto Zanoni, Anibale Mantovani, Luiz Napoli, Andrea Gava, Luiz Lazari, Felippo Moro, Pedro Mario Canella, Manoel Porfirio, João Crevanzi. (REPÚBLICA, 1919, p. 03)

Embora as relações que anteriormente, aparentassem ser tranquilas passassem a ser tensionadas e questionadas nos anos que se seguem ao fim do contrato com a União e, conseqüentemente, o encerramento dos subsídios governamentais, percebe-se que alguns agentes sociais envolvidos nessa teia de relações estabelecidas a partir da constituição da colônia, passaram a acender economicamente e socialmente na região, e até mesmo em outros estados.

Este abrupto crescimento tanto financeiro, quanto relativo a um poder simbólico²³ na comunidade, demonstra que os benefícios cedidos a poucos funcionários da antiga empresa colonizadora, foram essenciais para a ascensão de algumas famílias de Nova Veneza. É a partir dessas relações que afunilaremos nosso olhar para a família Bortoluzzi.

Regularmente em Nova Veneza, são feitos tributos aos antepassados que colonizaram a cidade, sendo em muitos momentos enfatizado toda a dificuldade que tiveram ao se deparar com as extensas florestas, a falta de assistência e a dificuldade para a compra de materiais básicos devido aos altos preços.

Uma dessas homenagens realizadas desde 2005 na festa da gastronomia chame-se ‘‘Saga dos Valentes’’, a qual ocorre com o intuito de condecorar as primeiras famílias de imigrantes que chegaram a Colônia. Segundo o portal Nova Veneza:

A expectativa é reunir em torno de 40 famílias que homenagearão os valentes que fazem e fizeram história no município. As famílias de Nova Veneza começaram a se preparar para o desfile Saga dos Valentes que irá ocorrer no domingo, 18 de junho, durante a 13ª Festa da Gastronomia Típica Italiana, onde serão homenageados os valentes de cada família no desfile tradicional. Entre as famílias estão Aléssio, Bortolotto, Frigo, Ghislandi, Moro, Fontana, Pasquali, Policarpi, Panato, Bortoluzzi, Daniel, Paseto, Spillere, Ugioni, Vitali, entre outras. As demais famílias serão divulgadas na próxima segunda-feira, 5. (CONCEIÇÃO, 2017, s.p)

Entretanto, apesar desses sobrenomes mencionados, existiram centenas de famílias que também fomentaram a constituição da cidade, mas que poucos são lembradas. Além disso, tanto a história oral, como o trabalho realizado por Lucy Cristina Ostetto em sua dissertação de mestrado ‘‘Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os. Nova Veneza – 1920 – 1950’’ (1997), quanto a documentação aqui analisada o ‘‘Fundo Bortoluzzi’’ e o livro ‘‘Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário

²³BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Ed. Memória e Sociedade, 1989. 314 p.

I’, demonstram que nem todos os colonos correspondiam ao padrão do imigrante pobre, analfabeto e que emigraram enganados pelos propagandistas.

Diferentes de alguns discursos que são concebidos, algumas dessas famílias já estavam instaladas na região há alguns anos, sendo assim, não emigraram direcionados a colônia Nova Veneza. Estes por sua vez, conseguiram estabelecer uma rede de relações que os favoreceram, seja na compra de terrenos, no vínculo empregatício e posteriormente, na política e nos setores econômicos da cidade, como a família Bortoluzzi.

Esta que em muito é mencionada como uma das primeiras famílias a chegar na colônia, mas que na realidade já estava estabelecida em diversas localidades, como na colônia Azambuja e Criciúma. Além disso, Bortolotto (1991) em seu livro transcreve ‘toda a documentação’²⁴ da entrada dos/das imigrantes nos anos iniciais. Porém, em nenhuma das páginas que ele transcreveu aparece o nome da família Bortoluzzi, o que nos dá indícios de que eles já estavam na região antes mesmo da constituição do núcleo colonial.

Segundo o livro do autor Walter Piazza (2001) podemos perceber essa probabilidade. Embora aqueles que estivessem em Azambuja não tivessem uma data de chegada catalogada, o nome de Gervásio Bortoluzzi já circulava em alguns jornais²⁵ antes de 1891 – ano da fundação da Colônia Nova Veneza:

NOME	LOCAL	DATA DE CHEGADA
Cubertino Bortoluzzi	Rio Pedras Grandes – Azambuja	Sem data
Graciosa Bortoluzzi	Sede Urussanga – Azambuja	Sem data
Gervásio Bortoluzzi	Distrito de Urussanga – Azambuja	Sem data
Antonio Bortoluzzi	Rio Barro Vermelho – Azambuja	Sem data
Domênico Bortoluzzi	Núcleo Acioli de Vasconcelos – Criciúma	1890

Tabela 2 - Entrada da família Bortoluzzi nas colônias Azambuja e Criciúma. Fonte: informações catalogadas do livro ‘Italianos em Santa Catarina’. Piazza, Walter, 2001. Tabela organizada por Nathália Cabral.

²⁴ Segundo Bortolotto ele transcreveu ‘toda a documentação’, a qual estava, ou deveria estar salvaguardada na prefeitura. Porém, a veracidade dessa informação é uma lacuna, já que não tive acesso. Quando fui procurar os mesmos documentos para análise, não souberam me informar onde estava, sendo assim, me baseei pelos dados apresentados pelo autor.

²⁵ No jornal ‘A Regeneração: jornal da Província de Santa Catharina’, de 04 de novembro de 1884, aparece uma reportagem mencionando o nome de Bortoluzzi: ‘Gervásio Bortoluzzi, tendo procedido á medição de uma área de terras que requireo na sede de Urussanga districto da ex-colonia Azambuja, pede que se lhe mande passar o competente título (...)

Gervásio Bortoluzzi, que foi recrutador na Itália e responsável por introduzir centenas de imigrantes na colônia (Bortolotto, 1991); (Otto, 2006) é mencionado também, diversas vezes no Diário por uma série de serviços prestados: “Miguel Napoli aos seguintes – Companhia Metropolitana importância dos seguintes cheques: A. Fiorita e C. 1:100\$000; Magalhaes Mello 3:075\$000; e Gervasio Bortoluzzi 2:000\$000” (NAPOLI,1893, p. 74), medições e explorações de terrenos realizadas, pagamentos feitos a Companhia Metropolitana por seu intermédio: “Miguel Napoli a Companhia Metropolitana: moedas de Nikel e cobre por intermédio do senhor Gervasio Bortoluzzi” (NAPOLI, 1893, p. 60), assim como recebeu também lotes cedidos na sede da colônia:

Diversas		25 000	55 000
<u>Medições e Explorações</u>		10	
Ao Sr. Gervasio Bortoluzzi por Medições		4: 775\$000	
Importâncias da Folha de pagamentos do Pessoal da			
fazenda a cargo do Feitor: Sr. Giovanni Savi		662\$900	
M. Marco Mariot		251\$000	
Pasquale Casagrande		377\$100	
Eugenheiro Alf. ^{ts}		202\$500	5: 262\$500

Figura 7 - Medições e explorações realizadas por Gervasio Bortoluzzi. Fonte: Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I. Colônia Nova Veneza, 1893, p. 23. Disponível: Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

<u>Os seguintes</u>		
<u>Territorio Colonial</u> (Lotes Rusticos)		161
<u>Gervasio Bortoluzzi</u>		191
Lote n.º 19, Nucleo Perrenca, Seccão Mãe Luiza M.º, Sect 21		
<u>Celeste Savi</u>		192
Lote n.º 62, Nucleo Perrenca, Seccão Mãe Luiza, M.º, Sect 27		

Figura 8 - Bortoluzzi recebe lote na sede da colônia. Fonte: Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I. Colônia Nova Veneza, 1893, p. 74. Disponível: Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

Além de todo prestígio que Gervasio possuía com a companhia, o nome de sua família foi utilizado para denominar uma das localidades da região o “Rio Bortoluzzi”, que

continha 31 lotes distribuídos entre as famílias: Milanese, Zanetti, Pirola, Pisoni, Colombo, Margutti, Manenti, Milanese, De Lucca, Meller, Morelli, Sonego, Dario, Regonesi, Longaretti, Sacchi, Lazzarini, Oldoni, Monzani, Dondossola, Maffioletti, Colombo, Ferrari, Zucchinalli, Locatelli, Fanali, Macarini e Ronchi.

Embora a colônia houvesse estagnado devido os cortes de verbas, percebe-se que essa realidade não foi a mesma para todos. A família Bortoluzzi foi responsável por um monopólio econômico por mais de cinco décadas, gerando uma relação de dependência dos colonos para com eles. Segundo Ostetto:

Encontrei no “Livro de Registros dos Empregados ou Operários da Firma Indústria e Comércio Bortoluzzi S.A.,” o nome do senhor José Bortoluzzi exercendo o cargo de diretor-presidente, tendo como data de admissão o dia cinco de maio de mil oitocentos e noventa e nove, com o senhor Humberto Bortoluzzi exercendo o cargo de diretor, sendo admitido na mesma data. Isto, de certa forma, me faz deduzir que seja esta a data em que se estabeleceram, ou seja, passaram a existir como sociedade anônima, tendo reconhecimento jurídico. E, desde então, começam a atuar como líderes no comércio e na indústria, abastecendo toda a região, transformando-se ao longo dos anos em uma empresa bem sucedida, edificando um acúmulo de capital, de modo a não ter concorrente. Os colonos ficavam desta forma submetidos ao “poder” desta família, inclusive porque a venda de novos lotes, bem como o empréstimo de dinheiro para novos investimentos, passava por eles. (1997, p. 54)

Assim, se constata que as relações de poder embora modificadas, continuam pertencendo a quem já tinha uma posição distinta dos demais imigrantes desde os primórdios da colônia.

No início da colônia, as atividades agrícolas eram vistas apenas como maneira de subsistência e pagamento de dívidas a colonizadora, mas ao passar dos anos ela torna-se uma atividade lucrativa para algumas pessoas e grupos. Como acontece com os Bortoluzzi, que desde o início do século XX passaram a desempenhar atividades comerciais na colônia. Em matéria veiculada no jornal O Estado, com título de ‘O progresso de Nova Veneza’, as iniciativas da família são mencionadas como uma das principais da região:

Nova Veneza, districto de Cresciuma, vai prosperando, graças aos esforços do seu laborioso povo. Assim é que já possui excelente Hospital, duas farmacias bem sortidas, capazes de attender qualquer receituário; tres bons médicos, dois naturais daquelle districto e outro húngaro, este, optimo clinico e operador; boas casas de moradia, casas comerciais importantes, como a de Bortoluzzi & Irmãos; pequenas indústrias; dois excellentes hotéis; enfim, Nova Veneza tem o que necessita. (O Estado, 1936, p. 01).

Percebe-se que se cria uma relação de dependência, pois a família além de produzir banha de porco, salame, e demais preparos com a carne que eram transportadas para diversos lugares, inclusive Rio de Janeiro, também comercializavam uma série de outros produtos, assim a principal ‘moeda’ da região se tornara a criação de porcos, pois os colonos os vendiam em troca de outros produtos que necessitavam e somente a família Bortoluzzi possuía.

Além da vasta quantidade de produtos que eram vendidos, eles detinham também um grande número de filiais na região, o que demonstra que o monopólio não era centralizado somente em Nova Veneza. “Por mais de 40 anos, desde a década de 10, os Irmãos Bortoluzzi dominaram o comércio e a indústria da região.” (BORTOLOTTI, 1991, p. 140). Em documentos encontrados no Fundo Bortoluzzi é possível evidenciar algumas de suas filiais:

FILIAL	LOCAL	DATA
Firma Bortoluzzi, Irmão e Cia.	Nova Treviso	1923, 1936 e 1940
Firma Bortoluzzi, Irmão e Cia.	Distrito de Turvo	1936
Pedro Nazzari	Secção Selva – Nova Veneza	1937, 1939, 1945 e 1951
Firma Bortoluzzi, Irmão e Cia.	Araranguá	1925
Indústria e Comércio Bortoluzzi S/A	Nova Treviso	1942, 1946
Claudino Damin	Morro do Meio (Turvo)	1952
Indústria e Comércio Bortoluzzi S/A	Nova Veneza	1941, 1943, 1945, 1950, 1952, 1953, 1958 e 1961
Indústria e Comércio Bortoluzzi S/A	Nova Treviso	1942
Antonio Ghislandi	Siderópolis	1957
Filial Timbé	Timbé	1951

Tabela 3 - Filiais das empresas da família Bortoluzzi. Fonte: informações catalogadas a partir de documentos encontrados no Fundo Bortoluzzi. Disponível: Centro de Memória e Documentação da UNESC – CEDOC. Tabela feita por Nathália Cabral.

Ao passar dos anos as atividades da família não se centralizaram somente no setor industrial e comercial, mas também na política, quando Nova Veneza se emancipa em 21 de junho de 1958 e torna-se município, tendo como o primeiro prefeito eleito Alfredo Bortoluzzi,

com 1.173 votos pela União Democrática Nacional – UDN, o qual em 1968 é eleito como vice-prefeito e, em 1972 novamente como prefeito da cidade pelo mesmo partido.

Além disso, antes mesmo da emancipação do município, a família já tinha relações estabelecidas no cenário político estadual. Em 1924, João Bortoluzzi um dos dirigentes da fábrica da família, foi eleito, por meio de uma comissão provisória, para ser dirigente do Partido Republicano Catarinense – PRC em Araranguá. Segundo notícia veiculada no jornal O Estado:

Reuniu-se hontem, ás 14 horas, no Palacio do Governo, a commissão executiva do Partido Republicano Catharinense, para deliberar sobre assumptos que se prendem á sua vida interna. Foi nomeada para dirigir o directorio do Partido, em Araranguá, a seguinte commissão provisoria: João Amerino, José Maciel, Marcos Rovaris, Joaquim Baptista, Mathunino Roza, João Bortoluzzi e Bonifacio Soares. (O ESTADO, 1924, p.01).

Isso demonstra, que o domínio da família se estabeleceu por várias gerações e em diversos setores, não somente o industrial e econômico. Sendo esta, vista como um modelo do ‘imigrante que deu certo’.

Porém, a realidade dos Bortoluzzi, assim como de algumas outras famílias específicas, diferia desde os primórdios da colônia de boa parte da realidade dos/das colonos/as, os quais contraíram grandes dívidas nas compras de lotes devido a relação de dependência que tinham com a Metropolitana.

Em contrapartida dos Bortoluzzi, que além de já estarem estabelecidos na região há alguns anos, também recebiam uma série de benefícios que os privilegiava, mas que a historiografia local pouco consta, ou dá uma importância reduzida para esse fato. Enxergando assim todos/as os imigrantes, como agricultores que trouxeram o progresso, e que, apesar de grandes dificuldades venceram as adversidades, pois eram um povo ‘destemido e laborioso’, os quais ergueram seus ‘impérios’ do nada, apenas com seu esforço e trabalho.

Embora tenham se passado mais de 100 anos desde a colonização de Nova Veneza, é visto que alguns nomes continuam a circular em espaços importantes da cidade, como na praça e no Museu do Imigrante²⁶.

O museu e a praça pública que buscam evidenciar a história da comunidade, assim como a própria historiografia erguida pelos memorialistas, tornam-se locais de embates pelas memórias, nos demonstrando dessa maneira, que a imigração embora geralmente vista como

²⁶ Rua Cônego Miguel Giacca, centro de Nova Veneza, Santa Catarina.

um processo homogêneo é perpassada por diversas relações de poder, que silenciaram e apagaram pessoas e grupos em detrimento de outras e em nome do progresso.



Figura 9 - Praça Humberto Bortoluzzi, centro de Nova Veneza – SC. Foto: Nathália Cabral, 2017.



Figura 10 - Cofre exposto no Museu do Imigrante, Nova Veneza – SC. Foto: Nathália Cabral, 2017.



Figura 11 - Cadeira exposta no Museu do Imigrante, Nova Veneza – SC. Foto: Nathália Cabral, 2017.

Os apagamentos não correspondem somente as centenas de famílias de imigrantes italianos/as que pouco são mencionados/as, ou homenageados/as nas recorrentes celebrações da cidade, mas também, e principalmente, são relativos àqueles que em nenhum momento tiveram o direito ao diálogo e o direito à terra. Que foram expropriados da mesma e dizimados em prol da colonização. Os silenciamentos, desrespeitam tanto ao padrão que é erguido a partir de grupos específicos, como também a grupos jamais lembrados pelo poder público da cidade: os Xoklengs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho buscou investigar questões referentes aos processos migratórios vivenciados no sul do Brasil, e em especial as migrações destinadas a Colônia Nova Veneza. Esta pesquisa possibilitou não somente a abertura de campo para as discussões sobre história local, mas também, permitiu um novo olhar sobre as relações estabelecidas no extinto núcleo colonial, que em alguns momentos, são abordadas por um viés tradicional.

Deste modo, em primeira instância, foram analisadas tanto as políticas migratórias instauradas na segunda metade do século XIX, quanto os discursos de eugenia que tinham profunda ligação com essas legislações e aportes cedidos pelo Estado, o qual buscava o ‘progresso e a civilidade’ subvencionando a introdução de agricultores europeus no país. Além disso, buscou-se também, pensar quais motivos que levaram diversos autores a inferir que a Colônia Nova Veneza era diferenciada das demais, devido a sua organização e suas vantagens.

Consecutivamente, estabeleceu-se uma investigação e uma crítica as empresas colonizadoras, as quais são constantemente citadas, mas pouco problematizadas. Por fim, lançamos uma problemática acerca dos discursos que são reforçados pelo estereótipo do ‘imigrante que deu certo’, pensando que para além da colonização, existiram muitas outras relações de poder imbricadas neste processo. Como o monopólio econômico exercido nas colônias, o domínio dos diretores e empresas por meio do controle das terras e das dívidas dos colonos, a seletividade na escolha dos imigrantes que eram destinados aos núcleos particulares e as tensões sociais que se estabeleciam nesses locais devido a divergência de opiniões. Evidenciado desse modo, que a homogeneidade é também uma construção a serviço dos mitos que são erguidos e positivados, buscando uma ‘história dos vencedores’, em detrimento de tantas particularidades e pluralidades que foram e são os fluxos migratórios.

Assim, esta pesquisa contribuiu tanto para a construção de um discurso diferenciado dos quais são comumente referenciados, no caso os memorialistas locais, quanto nos permitiu o acesso a fontes pouco consultadas, devido à dificuldade de acesso. Como o livro ‘‘Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I’’, o qual agora poderá ser encontrado também no CEDOC – através de cópia –, quanto a utilização de fontes inéditas, pois até o início desta pesquisa não tinham sido abertas ao público por estar em processo de higienização e catalogação: o ‘‘Fundo Bortoluzzi’’. Sendo assim, inúmeras são as possibilidades de continuidade, sendo este Trabalho uma das possíveis janelas de observação do cotidiano da colônia.

REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Imigrantes:** sua história, costumes e tradições no processo de colonização no Sul do Estado de Santa Catarina. Brasília, 1991.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto à vontade.** História da Imigração Italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina. Florianópolis, Ed. Insular e Ed. da UFSC, 1999.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di Paese:** as reelaborações de um Vênets imaginário na ex colônia de Conde D’eu (1884-1925). Porto Alegre: PPGHistória/UFRGS, 2004 (Tese de Doutorado).

BENEDUZI, Luis Fernando. **Nem santos nem demônios:** italianos. Porto Alegre: PPGHistória/UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado).

BENEDUZI, Luís Fernando. Quando a imigração se transforma em colonização: leituras sobre a presença italiana no sul do Brasil. **Revista Latino-americana de História**, São Leopoldo, v. 6, n. 17, p.35-58, 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como Avaliar Documentos de Arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BIF, Carla Zanette. **História e Historiografia da Colônia Nova Veneza (SC):** uma abordagem de história ambiental. 2009. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza.** Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1991.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAVALCANTE, José Luiz. “**A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**”. *Histórica: Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02> [7 jan. 2016].

CESCONETTO, Lenir Mateus. **Santo Alexandrim – O sagrado e o profano no imaginário italiano de Nova Treviso no início do século XX.** 2005. 105 p. Monografia (Especialização) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2005.

CONCEIÇÃO, Gabriel. Famílias de Nova Veneza se preparam para o desfile Saga dos Valentes. **Portal Veneza.** Nova Veneza, jun. 2017. Seção História. Disponível em: < <https://www.portalveneza.com.br/familias-nova-veneza-preparam-para-desfile-saga-dos-valentes/>> Acesso: 07 set. 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p.01-09, 2011.

CORNELSEN, Julce Mary. **Gestão Integrada da Informação Arquivística: O Diagnóstico de Arquivos.** Arquivística.net, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 70-84, ago/dez 2006.

COSTA, Alexandre de Souza. **A Bibliografia Arquivística no Brasil – Análise Quantitativa e Qualitativa.** Arquivística.net, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 08-26, jan/jun 2007.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina: Documentário.** Caxias do Sul: Educs, 1983.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Lei Glicério. **Decreto Nº 528, de 28 de Junho de 1890.** RJ: Coleções Leis do Brasil, 1890. v. 1, n. 4.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo.** Tradução: Fátima Mirad, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

FILHO, Álvaro Selva Gentil. **Um breve relato sobre a Família Selva, e em especial sobre Frederico Selva, a quem dedico este trabalho.** [s.d.].Em: <<http://www.familiaselva.com.br/index.php?modulo=historia>>. Acesso em: 06 de junho de 2017.)

FILHO, Álvaro Selva Gentil. **Relação de Imigrantes entrados na Colônia Nova Veneza, De 1891 a 1897.** [s.d.].Em: <<http://www.familiaselva.com.br/index.php?modulo=historia>>. Acesso em: 06 de junho de 2017.)

FURLANETTO, Patrícia Gomes. **O associativismo como estratégia de inserção social.** 2007. 306 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAVA, Josieli Damiani. **A fotografia como um indicador da cultura italiana na cidade de Nova Veneza.** 2012. 70 f. Monografia (especialização) – Curso de Pós-graduação Latu Senso em Educação Estética: Arte e As Perspectivas Contemporâneas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: O Historiador e o Encanto dos Arquivos Privados. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 21, p.01-07, 1998.

GONÇALVES, Janice. **Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de Braço: Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo.** 2008. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Econômica, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, Uberdan dos Santos. **Arquivos e a Organização Documental.** Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 8/9, p. 113-122, 2003.

MACHADO, Paulo P. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1999.

MIRANDA, Marcia Eckert. Os Arquivos e o ofício do historiador. **Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História**. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, RS, 2012, p. 900-911.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Nova Veneza na Primeira Metade do Século XX**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Por entre “fontes orais” e “fontes escritas”, a tessitura das relações sociais de gênero**. Criciúma, 53 – 64, s.d.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Vozes que recitam, lembranças que se refazem**: narrativas de descendentes italianas/os (1920 – 1950), 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

OTTO, Claricia. **Catolicidades e italianidades**: jogos de poder no médio vale do Itajaí-açu e no sul de Santa Catarina. 2005. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OTTO, Claricia. **Catolicidades e italianidades**: Tramas e Poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis, Insular, 2006.

PAGNOTTA, Chiara; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas. **Confluenze: Revista Di Studi IberoAmericani**, Bologna, v. 9, n. 1, p.78-106, 2013. Anual.

PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. **As colônias italianas no Brasil Meridional**. Revista Blumenau em Cadernos. Vol. 50, n. 4, p.7-20. Jul./ago. 2009.

PETRI, Katia Cristina. A Sociedade Promotora de Imigração: a política de subvenção para a imigração em São Paulo (1871 – 1894). **Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Rio Grande do Sul, RS, 2010, p. 01 – 16.

PIAZZA, Walter. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

SANTOS, Iverson Poletto dos. O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895). **UCPEL: Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 02, n. 14, p.55-69, 2008.

SECRETO, Maria Verônica. As instruções para os Imigrantes no contexto da propaganda da imigração. **Revista Trajetos**, Ceará, v. 3, n. 5, p.01-17, 2004.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925)**: Resistência e Extermínio. 2006. 163 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SEVERINO, José Roberto. **Políticas Culturais e Migrações**. Bahia, p.161 – 182, 2012.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 53, p.117-149, 2002.

SILVA, Thiago Luiz da. **Imigração e Migração: a Colonização Italiana no Sul e Oeste de Santa Catarina**. 2010. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. Rio de Janeiro: Nobel, 1989.

VENDRAME, Maíra Ines. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. “Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”: redes sociais, família e estratégias migratórias. **MÉTIS: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, p.69-82, 2010.

VENDRAMEA, Maíra Ines; ZANINIB, Maria Catarina Chitolina. **Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais**. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p.128-149, 2014.

YAMASHITA, Marina Mayumi, PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Preservação do Patrimônio Documental e Bibliográfico com Ênfase na Higienização de Livros e Documentos Textuais**. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 172-184, ago/dez 2006.

ZANELATTO, João Henrique. Comparação da imigração europeia e inserção sociopolítica dos imigrantes e seus descendentes nas regiões sul, vale do Itajaí e norte de Santa Catarina (1850-1920). **Seaculum: Revista de História**, João Pessoa, p.25-38, 2011.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder: O integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas**. Criciúma: Ediunesc, 2012.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Entre memórias e identidades (étnicas). **História Unisinos**, São Leopoldo, p.40-48, 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana**. Santa Maria, 521 – 547, 2007.

FONTES CONSULTADAS

ARQUIVOS E ACERVOS

Fundo Empresa Bortoluzzi. Arquivos disponíveis no Centro de Memória e Documentação da UNESC.

NAPOLI, Miguel. *Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I*. Acervo disponível no escritório da Carbonífera Metropolitana, Criciúma – SC.

ARTIGOS DE JORNAIS

COLONISAÇÃO em Santa Catarina, *Gazeta de Notícias*, 03 de outubro de 1893, p. 01. Disponível: Hemeroteca Nacional.

COLONOS de Nova Veneza agradecem a República, *República*, 08 de outubro de 1819, pg. 03. Disponível: Hemeroteca Nacional.

COMPANHIA Metropolitana, *Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial*. 1893, p. 1500. Disponível: Hemeroteca Nacional.

DE como se esbulham quatro povoações, *República*, 1919, pg. 02. Disponível: Hemeroteca Nacional.

IMMIGRAÇÃO II. *Correio Paulistano*, 1893, p 02. Disponível: Hemeroteca Nacional.

IMMIGRAÇÃO. *O Comércio de São Paulo*, 23 de junho de 1893, p. 01. Disponível: Hemeroteca Nacional.

MOTIM na Colônia, *República, Orgam do Partido Republicano Federal*. 1896, p. 01. Disponível: Hemeroteca Nacional.

NOVA Veneza, *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1897, p. 02. Disponível: Hemeroteca Nacional.

REQUERIMENTO despachados no dia 22 de outubro de 1884, A Regeneração: jornal da Província de Santa Catharina, 04 de novembro de 1884, p. 01. Disponível: Hemeroteca Nacional.

O Progresso de Nova Veneza, *O Estado*, 01 de fevereiro de 1936, p. 01. Disponível na Hemeroteca Nacional.

PRC, *O Estado*, 19 de janeiro de 1924, p.01. Disponível: Hemeroteca Nacional.

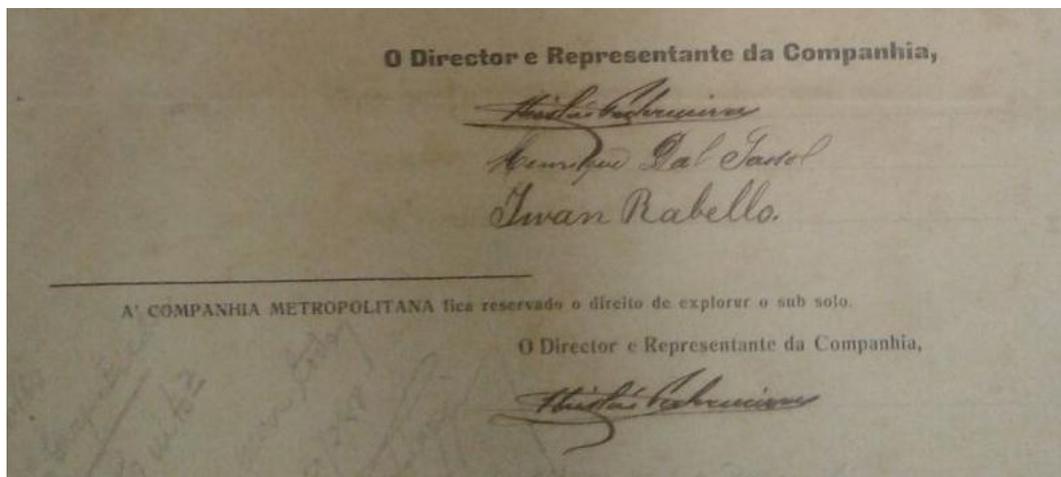
ANEXOS

ANEXO A – TRANSAÇÕES EM DINHEIRO REALIZADAS PELA COMPANHIA METROPOLITANA PARA A COLÔNIA NOVA TRIESTE EM SÃO PAULO.

<i>Comuna Geral das Estradas</i>		<i>582,900</i>
<i>Colônia Nova Trieste</i>	<i>56</i>	
<i>Importâncias das despesas effectuadas de Julho de 1891 até esta data.</i>		

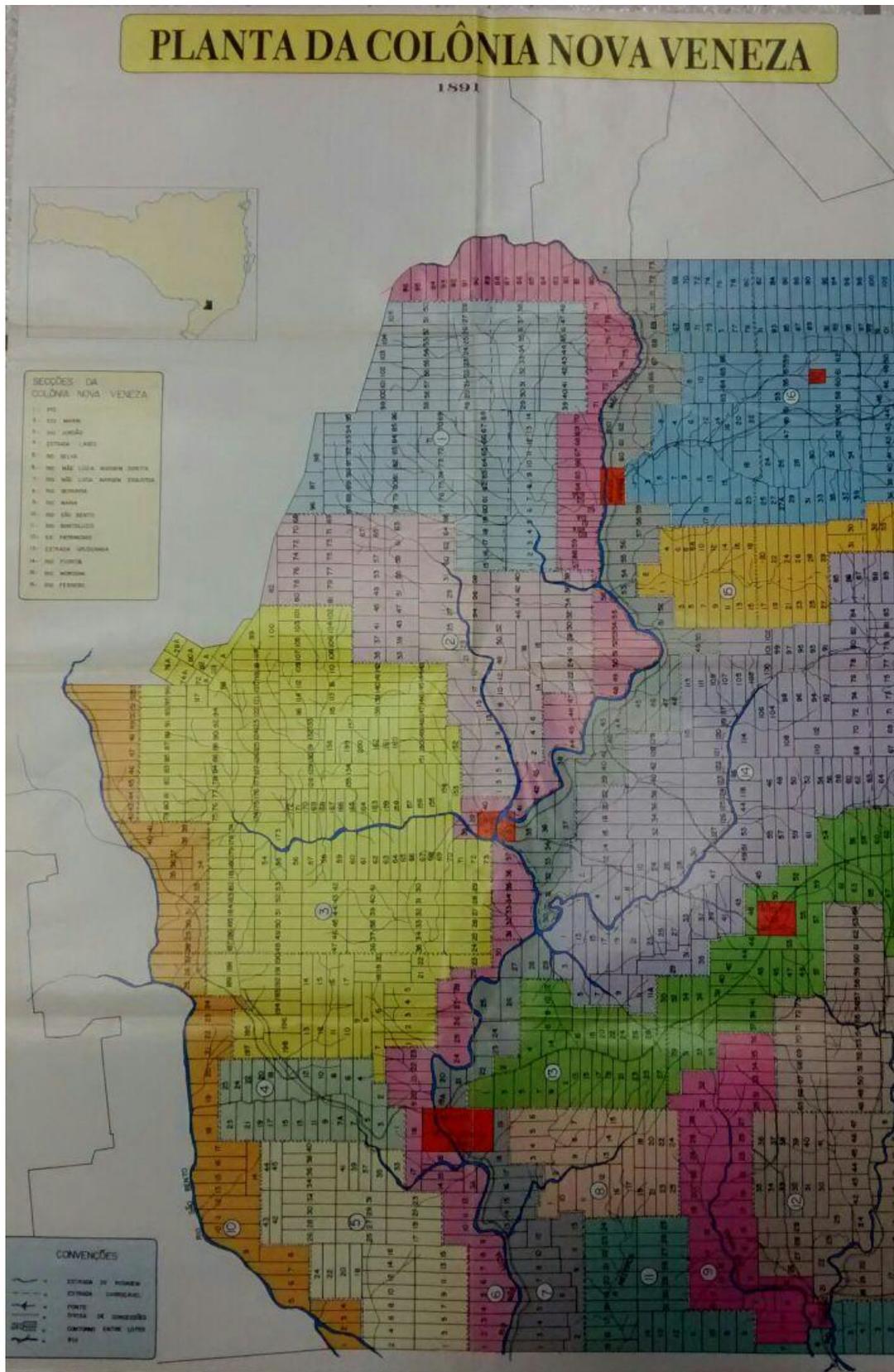
“Colônia Nova Trieste: Importância das despesas efetuadas de julho de 1891 até esta data”. (NAPOLI, p. 24, 1891). Colônia Nova Veneza em Santa Catarina: Diário I. Documento disponível na Carbonífera Metropolitana, no centro de Criciúma – SC.

ANEXO B – CONTRATOS DE VENDA DE LOTES E EXPLORAÇÃO DO SUBSOLO.



“A Companhia Metropolitana fica reservado o direito de explorar o subsolo”. Fundo Bortoluzzi. Disponível no Centro de Memória e Documentação da UNESC – CEDOC, Criciúma – SC

ANEXO C – MAPA DA COLÔNIA NOVA VENEZA EM 1891.



Planta da Colônia Nova Veneza. Documento pertencente a João Vicente. Foto: Nathália Cabral, 2017.

ANEXO D – RESTAURAÇÃO E ANÁLISE DO FUNDO BORTOLUZZI.



Restauração e análises de documentos do Fundo Bortoluzzi realizadas no CEDOC, pela acadêmica Nathália Cabral. Foto: Liziane Acordi, 2017.